

Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

**Fundação Oswaldo Cruz**



Clarice Cardoso Fernandes

**A greve que durou dois anos:**

perspectivas sobre crise, trabalho e saúde na UERJ segundo o comando de greve docente

Rio de Janeiro

2020

Clarice Cardoso Fernandes

**A greve que durou dois anos:**

perspectivas sobre crise, trabalho e saúde na UERJ segundo o comando de greve docente

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos Processos Saúde-Doença: Produção/Trabalho, Território e Direitos Humanos.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kátia Reis de Souza.

Coorientador: Prof. Dr. Gideon Borges dos Santos.

Rio de Janeiro

2020

Título do trabalho em inglês: The strike that lasted two years: perspectives on crisis, work and health at UERJ according to the command of the teaching strike

Catálogo na fonte  
Fundação Oswaldo Cruz  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde  
Biblioteca de Saúde Pública

F363g      Fernandes, Clarice Cardoso.  
A greve que durou dois anos: perspectivas sobre crise, trabalho e saúde na UERJ segundo o comando de greve docente / Clarice Cardoso Fernandes. -- 2020.  
73 f. : il. ; tab.

Orientadora: Kátia Reis de Souza.  
Coorientador: Gideon Borges dos Santos.  
Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2020.

1. Saúde do Trabalhador. 2. Greve. 3. Processo Saúde-Doença.  
4. Docentes. 5. Crise. I. Título.

CDD – 23.ed. – 363.11

Clarice Cardoso Fernandes

**A greve que durou dois anos:**

perspectivas sobre crise, trabalho e saúde na UERJ segundo o comando de greve docente

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos Processos Saúde-Doença: Produção/Trabalho, Território e Direitos Humanos.

Aprovada em: 29 de outubro de 2020.

Banca Examinadora

Prof. Dr. André Luís de Oliveira Mendonça  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Instituto de Medicina Social

Prof. Dr. José Augusto Pina  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

Prof. Dr. Gideon Borges dos Santos (Coorientador)  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kátia Reis de Souza (Orientadora)  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

Rio de Janeiro

2020

## AGRADECIMENTOS

Ao fim deste intenso percurso que é o mestrado, gostaria de agradecer a todos que acompanharam de alguma forma este processo, a todos que se colocaram abertos para ouvir minhas ideias, preocupações e que me ajudaram compartilhando reflexões e oferecendo apoio. Cada atenção recebida foi capaz de proporcionar ânimo e leveza neste processo tão desafiador.

Agradeço à minha família, que soube compreender meus momentos de ausência, e por me proporcionar o aconchego e fôlego para prosseguir.

À minha mãe, especialmente, meu alicerce e porto seguro que contagia com seu otimismo e fé na vida.

Aos colegas da turma de mestrado, em especial à subárea de Determinação Social, por terem me ensinado o sentido da construção coletiva do conhecimento e terem me proporcionado um ambiente colaborativo e amigável. A cada um(a) de vocês, meus sinceros agradecimentos!

Ao Mestrado Acadêmico em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, insituição da qual tanto me orgulho – por ter me concedido a oportunidade de adentrar nesta jornada que, por dois anos e meio, me proporcionou crescimento pessoal e acadêmico.

À Asduerj, que me ajudou na aproximação dos docentes que participaram da pesquisa.

Aos participantes da pesquisa, pela disponibilidade e por terem contribuído gentilmente para a efetivação deste trabalho.

Aos meus orientadores, Kátia Reis e Gideon Borges, pelos ensinamentos prestados e por fornecerem toda a percepção crítica que este trabalho requereu.

À amiga Adriane, pela disponibilidade de troca, principalmente nos momentos finais deste processo.

À amiga Emanuela, presente nas melhores e piores horas, que sempre me enriquece com seu companheirismo e suas sábias palavras.

Ao professor Ney Luiz Teixeira, que, em suas aulas repletas de generosidade e senso crítico, despertaram em mim o desejo de iniciar o mestrado.

Aos professores André Luís Mendonça e José Augusto Pina, que aceitaram estar presentes na banca de qualificação do projeto e na banca de defesa da dissertação. Obrigada pelas contribuições!

Por fim, gostaria de agradecer a todos os trabalhadores que indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho; trabalhadores que todos os dias cruzam o nosso caminho e, sem saber, colaboram das mais diversas formas para a produção de conhecimento.

## RESUMO

Esta pesquisa analisa a greve de professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) ocorrida em 2016 no Estado do Rio de Janeiro e suas repercussões na saúde e trabalho docente. A greve teve como pivô a forma como a crise fiscal do estado atingiu a universidade, momento em que as medidas adotadas pelo governo culminaram em atrasos no pagamento de salários dos servidores e de bolsas de estudos; demissão em massa de funcionários terceirizados (limpeza, manutenção e segurança); e risco de fechamento da instituição. No caso emblemático da UERJ, alguns servidores tiveram a própria subsistência ameaçada devido aos atrasos nos salários e a outras situações que os levaram a decidir pela greve como meio de lutar por seus direitos. Para tanto, com base na teoria da determinação social do processo saúde-doença e do campo da saúde do trabalhador, esta análise assumiu como ponto de partida que as entidades representativas possuem um papel importante na compreensão das condições de vida e trabalho, possibilitando a coesão e a motivação para a luta dos trabalhadores, facilitando laços de solidariedade e, por conseguinte, acionando estratégias coletivas de defesa. Sendo assim, como método de apreensão da realidade, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco docentes componentes do “comando de greve”, seguindo-se a técnica *snow ball*. Os dados foram interpretados por meio da técnica de análise temática, que consiste em identificar os núcleos de sentido que compõem um texto. Desta forma, extraíram-se cinco temas: “A dramática história recente da UERJ e a organização da resistência docente”; “A pedagogia da greve”; “Os sentidos de saúde que atravessaram a greve”; “O comando de greve”; e “Significações da greve: UERJ Resiste e existe”. Os resultados apontam que, durante quase dois anos, a universidade permaneceu num estado de greve, lutando pela manutenção de direitos e, na opinião dos entrevistados, a greve ainda é considerada um instrumento válido de organização e luta, embora seja um processo desgastante, com diversas implicações na saúde. Apesar de todo o desgaste, o movimento “UERJ Resiste” se estabeleceu como um instrumento de força e ânimo ao unir estratégias políticas de classe a uma identidade institucional.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador, Greve, Crise, Trabalho docente, comando de greve

## ABSTRACT

This research analyzes the teacher`s strike at the State University of Rio de Janeiro (UERJ) that took place in 2016 in the State of Rio de Janeiro and its repercussions on health and teaching work. The strike had as its pivot the way the state`s fiscal crisis hit the university, when the measures adopted by the government culminated in delays in the payment of servers salaries and scholarships; mass dismissal of outsourced employees (cleaning, maintenance and security); and risk of closing the institution. In the emblematic case of UERJ, some servers had their very subsistence threatened due to wage delays and other situations that led them to decide on strike as a means of fighting for their rights. Therefore, based on the theory of social determination of the health-disease process and the field of workers` health, this analysis took as a starting point that representative entities have an important role in understanding the conditions of life and work, enabling cohesion and the motivation for the workers` struggle, facilitating ties of solidarity and, therefore, triggering collective defense strategies. Thus, as a method of apprehending reality, semi-structured interviews were carried out with five teachers who are members of the “strike command”, following the snow ball technique. The data were interpreted using the thematic analysis technique, which consists of identifying the nuclei of meaning that make up a text. In this way, five themes were extracted: “The dramatic recent history of UERJ and the organization of teaching resistance”; “The pedagogy of the strike”; “The health senses that crossed the strike”; “The strike command”; and “Strike meanings: UERJ Resists and exists”. The results show that, for almost two years, the university remained in a state of strike, fighting for the maintenance of rights; and in the opinion of the interviewees, the strike is still considered a valid instrument of organization and struggle, although it is an exhausting process, with several health implications. Despite all the strain, the “UERJ Resiste” movement has established itself as an instrument of strength and courage since it unites class political strategies with an institutional identity.

Keywords: Worker health, Strike, Crisis, Teaching work, strike command .

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Greves e horas paradas. Brasil, 2016.....	13
Tabela 2 –	Distribuição das greves no funcionalismo público segundo a duração dos movimentos. Brasil, 2016.....	14
Tabela 3 –	Caráter das greves no funcionalismo público estadual. Brasil, 2016.....	14



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
Alerj	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Asduerj	Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio Janeiro
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CG	Comando de greve
CMES	Conferência Mundial sobre a Educação Superior
CRES	Conferência Regional da Educação Superior da América Latina e Caribe
DE	Dedicação Exclusiva
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Fasp-RJ	Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores Públicos do estado
FNES	Fórum Nacional da Educação Superior
Hupe	Hospital Universitário Pedro Ernesto
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
MOI	Modelo Operário Italiano
Muspe	Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
SEPE-RJ	Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
Unesco	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
2	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>19</b>
2.1	ASPECTOS E DIMENSÕES DA CRISE CONTEMPORÂNEA.....	19
2.2	TRABALHO, PROCESSO DE TRABALHO E O CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR.....	23
2.3	TRABALHO E SAÚDE DOCENTE.....	26
2.4	O SINDICALISMO NO SETOR PÚBLICO.....	29
3	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>31</b>
3.1	OBJETIVO GERAL.....	31
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	31
4	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>32</b>
4.1	PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	33
4.2	CENÁRIO DE ESTUDO.....	36
4.3	SUJEITOS DO ESTUDO.....	36
4.4	ANÁLISE DOS MATERIAIS DE CAMPO.....	38
4.5	ASPECTOS ÉTICOS.....	38
5	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>39</b>
5.1	A DRAMÁTICA HISTÓRIA RECENTE DA UERJ E A ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA DOCENTE.....	39
5.2	O COMANDO DE GREVE .....	44
5.3	OS SENTIDOS DE SAÚDE QUE ATRAVESSARAM A GREVE.....	47
5.3.1	<b>Projetos de vida e carreira interrompidos.....</b>	<b>47</b>
5.3.2	<b>Adoecimento.....</b>	<b>49</b>
5.3.3	<b>Saúde como luta coletiva.....</b>	<b>51</b>
5.3.4	<b>Saúde como normalidade da vida.....</b>	<b>52</b>
5.3.5	<b>O Hospital Universitário.....</b>	<b>53</b>
5.4	A PEDAGOGIA DA GREVE .....	54
5.5	SIGNIFICAÇÕES DA GREVE: UERJ RESISTE E EXISTE.....	57
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>64</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E</b>	

<b>ESCLARECIDO.....</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>73</b>

## APRESENTAÇÃO

Como servidora lotada no Corpo de Bombeiros – instituição em que atuo desde 2008 – vivenciei a crise política e fiscal que assolou o estado do Rio de Janeiro de modo mais contundente nos anos de 2016 e 2017. E foi na condição de trabalhadora e manifestante que participei de alguns movimentos relacionados à dignidade salarial e de vida dos servidores, que se organizaram, repetidas vezes, em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Sofri diretamente o atraso de salários, o impedimento de promoções, mas, apesar desses fatores, juntamente com os componentes da Secretaria de Segurança Pública, nos era concedida prioridade no pagamento das remunerações.

Não enfrentei mudanças estruturais que comprometessem o funcionamento da instituição, como pôde ser visto no caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que enfrentou falta de repasse do orçamento da universidade. Ou seja, embora todos os servidores, nas suas diversas secretarias, tenham sido afetados, houve diferença no tratamento dado pelo governo.

Houve diferenças também nas formas de resistência e enfrentamento a essas medidas. Nesses 12 anos em que trabalho no Corpo de Bombeiros, tive contato com uma forma muito própria de luta, manifestada em ações explosivas e pontuais, algo que considero uma forma legítima e possível de luta numa instituição militar em que é proibida a sindicalização.

Em relação à UERJ, foi do conhecimento geral, nesse contexto, o quanto foi prejudicada muito além dos riscos individuais que envolvem a questão salarial. Pode-se dizer que foi a única instituição afrontada com o risco de fechamento. Algo peculiar e curioso para mim foi entender a capacidade de organização de um movimento que uniu diferentes categorias (estudantes, técnicos-administrativos e docentes) e a persistência numa greve tão longa como a ocorrida em 2016.

Considero que o sindicalismo no setor público precisa resistir frente às inúmeras perdas de direitos trazidas pela reforma trabalhista e militarização do Estado; e que o servidor público civil, em especial, possui estratégias poderosas de resistência que consistem, precisamente, no movimento de greve e nos modos de organização coletiva do trabalho. Em vista disso, o presente trabalho tem como foco o trabalhador docente na greve da UERJ de 2016 e a relação desta com o trabalho e a saúde.

O interesse no tema também advém da minha atuação como assistente social, profissão que possui uma tradição em estudos do mundo do trabalho, relacionados com a teoria marxista. É importante citar que minha atuação profissional no atual contexto da pandemia, em que atuo

na linha de frente em uma unidade hospitalar, me exigiu empenho e dedicação, que impossibilitaram a finalização da dissertação no tempo previsto.

Dados da Organização da Nações Unidas (ONU) mostram que 70% dos trabalhadores atuantes na linha de frente são mulheres. E a realidade da maioria das mulheres brasileiras, na qual me incluo, é a de que não foram poupadas de suas tarefas domésticas e de cuidado; não à toa a produção acadêmica de mulheres decaiu nos últimos meses (CANDIDO; CAMPOS, 2020). Além das dificuldades já esperadas de uma mulher estudante e trabalhadora, vi-me inserida em um contexto em que as certezas mais singelas do cotidiano foram abaladas e modificadas. O contexto de isolamento tornou a escrita acadêmica ainda mais solitária e exclusivamente doméstica, competindo com as tarefas de casa e de um trabalho cada vez mais flexível, o que me ocasionou três meses sem escrever.

Passado o período mais crítico, pude retomar a escrita e espero que o presente trabalho seja uma forma de registrar o momento intenso e desafiador pelo qual passou toda a comunidade acadêmica uerjiana. Em 2020 A UERJ completa seus 70 anos. Continuemos resistindo!

## 1 INTRODUÇÃO

A greve dos servidores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) de 2016 pode ser considerada um marco na história da mobilização dos docentes universitários por ter se desenrolado em circunstâncias bastante específicas.

A universidade, que possui um longo histórico de subfinanciamento (MANCEBO; SANTA MARIA, 2016), teve como pivô do movimento de greve a forma como a crise fiscal do estado do Rio de Janeiro<sup>1</sup> atingiu a universidade, pois as medidas adotadas pelo governo culminaram em atrasos no pagamento de salários dos servidores e de bolsas de estudos; demissão em massa de funcionários terceirizados (limpeza, manutenção e segurança); e risco de fechamento da instituição. Diante de tamanha precariedade, a universidade, fundada em 1950 e pioneira no sistema de cotas (o que mostra sua posição de vanguarda), enfrentou a maior crise de sua história.

Durante o período de greve, que durou cerca de 170 dias, houve alto grau de adesão dos docentes, e foi notório o quanto as atividades de mobilização tiveram sua legitimidade reconhecida por trabalhadores e estudantes, bem como, extrapolando os muros da universidade, envolveram a participação da população em eventos culturais e aulas públicas. O *slogan* “UERJ Resiste”, nome dado ao movimento pró-UERJ, tornou-se amplamente conhecido e divulgado nas redes sociais e na grande mídia como chamativo para as mobilizações. O modo como a UERJ organizou toda a comunidade acadêmica no enfrentamento a medidas estatais tão agressivas constituiu um marco histórico nas greves que se sucederam no país.

Ao observar-se a conjuntura recente em relação às greves no Brasil, é notável que as diversas mobilizações deflagradas a partir de 2013 ocorreram em consequência ao avanço da crise do capital, que vem mostrando seus efeitos na piora dos indicadores de emprego e ganhos salariais (ANTUNES, 2018). Com o país em meio a essa crise, movimentos grevistas de diversas classes de trabalhadores, da esfera pública e privada, descontentes com o aumento do desemprego e do trabalho precarizado e com as mudanças na regra de concessão ao auxílio-desemprego e pensões, dentre outros fatores que afetaram o mundo do trabalho, criaram mobilizações de resistência. Algo importante a ser destacado nessas mobilizações é o caráter cada vez mais defensivo dessas reivindicações, porque visam conservar direitos já conquistados

---

<sup>1</sup> Para esclarecimento e facilidade na compreensão do texto, definiu-se aqui o uso do termo “estado” da seguinte forma: estado do Rio de Janeiro ou estado: âmbito político-administrativo ao qual pertence a UERJ / território onde ocorreu a crise fiscal, tema deste estudo; Estado: poder público no sentido amplo / espaço de disputa entre classes. Exemplos: Estado mínimo/ Estado de bem-estar social.

e que passaram a ser ameaçados, a exemplo das condições mínimas de trabalho e do pagamento de salários de acordo com o calendário.

O aspecto peculiar na greve da UERJ é que, além de reunir características gerais comuns às greves de 2016, ela se dá em um contexto de grave crise fiscal, cujos motivos e soluções estavam em disputas tanto do governo quanto dos servidores, o que, na literatura marxista, pode ser interpretado como resultado da contradição entre o capital e o trabalho. Por outro lado, um fator que conferiu ainda mais singularidade à greve da UERJ foi a ameaça ao funcionamento da própria instituição, encetando, em último grau, a luta pela continuidade de sua própria existência.

Segundo o balanço do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) sobre as greves brasileiras em 2016, os trabalhadores da esfera pública (funcionalismo público e empresas estatais) paralisaram suas atividades em mais ocasiões (1.100 registros) do que os trabalhadores da esfera privada (986 registros), tendo as horas paradas do funcionalismo público correspondido a 68,7% do total.

Tabela 1 – Greves e horas paradas. Brasil, 2016.

<b>Greves e horas paradas Brasil, 2016</b>				
<b>Esferas</b>	<b>Greves</b>		<b>Horas paradas</b>	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	1.100	52,6	103.726	74,0
<i>Funcionalismo Público</i>	979	46,8	96.350	68,7
<i>Empresas Estatais</i>	121	5,8	7.376	5,3
Esfera Privada	986	47,1	36.079	25,7
Esfera Pública e Privada <sup>1</sup>	7	0,3	409	0,3
<b>Total</b>	<b>2.093</b>	<b>100,0</b>	<b>140.214</b>	<b>100,0</b>

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada.

Fonte: DIEESE, 2017.

Em 2016, cerca de 41% das greves no funcionalismo público tiveram duração de um dia, chamadas greves de advertência, tendo sido encerradas no mesmo dia em que foram deflagradas, ao passo que apenas 1,7% das greves ultrapassaram os 100 dias de duração. Desse modo, a greve da UERJ é considerada o evento dessa natureza mais extenso do ano, não somente no contexto do estado do Rio de Janeiro, mas a nível nacional.

Tabela 2 – Distribuição das greves no funcionalismo público segundo a duração dos movimentos. Brasil, 2016.

**Distribuição das greves no funcionalismo público segundo a duração dos movimentos  
Brasil, 2016**

Dias de Paralisação <sup>1</sup>	nº	%	% acum.
1	404	41,3	41,3
2 a 5	208	21,2	62,5
6 a 10	89	9,1	71,6
11 a 20	110	11,2	82,9
21 a 30	56	5,7	88,6
31 a 40	37	3,8	92,4
41 a 50	16	1,6	94,0
51 a 60	13	1,3	95,3
61 a 70	9	0,9	96,3
71 a 80	8	0,8	97,1
81 a 90	5	0,5	97,6
91 a 100	7	0,7	98,3
Mais de 100	17	1,7	100,0
<b>Total</b>	<b>979</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Nota: (1) dias corridos.

Fonte: DIEESE, 2017.

Em relação ao funcionalismo público estadual no Rio de Janeiro, em 2016 foram observados 289 movimentos grevistas entre os servidores e, conforme o relatório do DIEESE, em sua maioria foram de servidores da educação, com 71 greves deflagradas. O relatório destaca ainda duas mobilizações do conjunto dos servidores estaduais, uma realizada no estado do Rio de Janeiro e outra em Mato Grosso, que se contrapuseram ao atraso no pagamento dos salários e à ausência de reajustes salariais, impostos pelo governo estadual.

Tabela 3 – Caráter das greves no funcionalismo público estadual. Brasil, 2016.

**Caráter das greves no funcionalismo público estadual  
Brasil, 2016**

Caráter	Greves	
	nº	%
Propositivas	172	59,5
Defensivas	212	73,4
<i>Manutenção das condições vigentes</i>	167	57,8
<i>Descumprimento de direitos</i>	77	26,6
Protesto	77	26,6
<b>Total</b>	<b>289</b>	<b>100,0</b>

Nota: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações.

Fonte: DIEESE, 2017.



De fato, a greve foi um movimento de resistência contra a crise fiscal que o estado do Rio Janeiro sofria naquele momento. A partir do ano de 2016, por conta da grave crise financeira, o estado apresentou como uma das alternativas de combate à crise o corte de gastos, colocando em situação de insegurança a remuneração dos servidores públicos, ocasionada por atrasos e parcelamentos no salários.

As razões para explicar a origem da crise são distintas, uma vez que o governo e as entidades de classe expressam posições distintas em função do lugar que governo e entidades ocupam.

Conforme justificativa, o governo afirma que a crise é proveniente da diminuição da receita do estado, devido às quedas de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do preço do barril de petróleo<sup>2</sup>. Em razão disso, foi proposta uma série de ajustes para controlar as despesas do estado por meio da folha de pagamento, como, por exemplo, cobrança de 30% de desconto dos salários dos funcionários e das pensões dos aposentados, durante 16 meses, e elevação da alíquota previdenciária de 11% para 14%, sendo esta aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Esse conjunto de medidas foi satirizado pelos servidores como “pacote da maldade”, pelo fato de ameaçar direitos já adquiridos, pondo em risco a sobrevivência material e a vida dos trabalhadores.

Diante da impossibilidade de honrar com os compromissos, foram anunciados pelo governo, por meio do Decreto 45.692, de 17 de junho de 2016 (BRASIL, 2016a), o reconhecimento do estado de calamidade pública e a consequente “permissão” para ultrapassar os limites de endividamento e gastos com pessoal, estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Isto, contudo, em nada alterou a situação do servidor público que continuava com atrasos e parcelamentos dos salários. O fato é que as finanças do estado não foram equilibradas, obrigando o governo a prorrogar o decreto até dezembro de 2018. Nesse período, foi curioso observar como as tentativas do governo de solucionar a crise se restringiam ao corte de despesas, despreocupando-se em ampliar as receitas.

Por outro lado, a resistência dos servidores se deu, em parte, pelo fato de eles entenderem que a razão da crise tinha origem diferente daquela anunciada pelo governo. As organizações dos servidores, como a Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores Públicos do estado (Fasp-RJ), o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de

---

<sup>2</sup> Os *royalties* do petróleo são uma compensação financeira à sociedade, e paga ao Estado pelas empresas que exploram e produzem petróleo e gás natural, recursos escassos e não renováveis. No estado do Rio de Janeiro a produção de petróleo concentra-se na Bacia de Campos, com uma produção que supera 80% da produção nacional.

Janeiro (SEPE-RJ) e o Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (Muspe) denunciaram na imprensa, especialmente em um jornal de grande circulação, que o déficit fiscal estava na excessiva isenção de impostos concedida a empresas privadas (EXTRA, 2017), motivo pelo qual foram contrários às propostas implementadas pelo governo.

Segundo Sobral (2017, p. 45), ao tratar da crise do estado do Rio de Janeiro, é preciso ter clareza de que não houve bonança econômica desde a segunda metade dos anos 2000, o que deixou a economia mais suscetível aos rebatimentos da crise internacional e nacional. Contrariando o que diz o governo e os sindicatos, o autor considera que a crise no Rio de Janeiro vai muito além da “gastança irresponsável” com a folha de pagamento ou do excesso de isenções fiscais, pois ambas as interpretações são conjunturais.

Assim, as manifestações ocorreram contra a falta de receita estrutural, associada a uma trajetória de endividamento e ao processo de desindustrialização nacional que atingiu mais que proporcionalmente o Rio de Janeiro, levando o estado a uma situação problemática de arrecadação. Nessa perspectiva, as políticas de austeridade adotadas não ofereceriam respostas significativas para a crise pelo fato de a máquina pública ser, segundo o autor, “inchada” (SOBRAL, 2017, p. 56) – termo usado para designar número excessivo de servidores públicos.

Há de se destacar, ainda, que os constantes atrasos, os parcelamentos e a diminuição salarial dos servidores devido à diminuição da alíquota previdenciária ocasionaram um importante comprometimento da saúde do servidor que, ao ingressar no serviço público, espera estabilidade e segurança de renda. Portanto, todo o efeito causado pela crise na vida do servidor, além de colocá-lo em uma situação de vulnerabilidade, significa uma frustração desses preceitos esperados e que possivelmente foram a motivação principal ao optar pelo ingresso no serviço público.

O fato é que cortes de despesas públicas como solução para enfrentar crises econômicas tendem a gerar consequências para a saúde coletiva das populações, uma vez que aumentam a pobreza e alteram outros determinantes sociais da saúde. Segundo o Observatório sobre crises e alternativas da Universidade de Coimbra (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2013), pode-se considerar que a via da austeridade é geralmente associada a um empobrecimento dos que vivem do rendimento do trabalho, sendo por isso fonte de desigualdades e injustiças crescentes. As alterações de ordem socioeconômica podem contribuir para o aumento ou diminuição do bem-estar social; logo, podem comprometer as condições de saúde sob vários aspectos, como, por exemplo, dificultar o acesso a políticas públicas, gerar desemprego e restringir o acesso ao consumo em geral.

Veja-se, além disso, o que escreveu Silver (2005) a propósito do cenário internacional do trabalho de professores. De acordo com o autor, houve um rápido aumento do tamanho da força de trabalho docente no mundo desde meados do século passado, passando de 8 milhões de professores em 1950 para 47 milhões em 1990, segundo dados da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Para Silver (2005), o setor educacional não apenas testemunhou um rápido crescimento de empregos, como também experimentou mais protestos de seus trabalhadores no mundo todo, especialmente na segunda metade do século passado. Consoante este mesmo autor, o setor da educação é um dos poucos a testemunhar uma tendência de aumento de insatisfação e de protestos nas últimas décadas do século XX, superando até mesmo os trabalhadores das indústrias têxtil e automobilística ao longo da história.

No cenário brasileiro, o estudo de Gomes, Silva e Sória (2012) refere que nos anos 1990 estabeleceu-se a tendência de tratar o funcionalismo público como um “problema fiscal” e os governos atuaram no sentido de restringir sua dimensão e seus custos; portanto, não é um problema novo, mas agravado na atual conjuntura. Ainda nesse período, o serviço público no Brasil esteve sujeito a privatizações e reformas, e o trabalho neste setor passou pelo “estigma” de ineficiência e pouco trabalho. Nesse contexto de desvalorização, o trabalhador do serviço público defrontou-se com a fragilidade de renda e a perda de direitos.

No que concerne à literatura atual a respeito da relação entre a saúde do trabalhador e as greves de professores no Brasil sob a visão dos próprios docentes sindicalistas ou grevistas, foram identificados poucos estudos nas bases de dados como Google Scholar, Scielo Br e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Dentre as pesquisas encontradas, é digno de menção o estudo de Rodrigues e Souza (2018), cujas conclusões apontam a necessidade premente do fortalecimento da “base” de professores e da organização política dos docentes para a consolidação do movimento de resistência às investidas da lógica privatista na universidade pública, que atinge o trabalhador docente. Adicionalmente, reconhecem a centralidade dos locais de trabalho para se exercer uma efetiva ação de defesa do trabalho e da saúde.

Assim, há o reconhecimento de que o sindicato constitui-se como um importante sujeito coletivo que possibilita a defesa da saúde e dos direitos, bem como promove um sentimento de pertencimento de classe, possibilitando a coesão e a motivação para a luta dos trabalhadores. Para Antunes (2018), a quebra dos laços de solidariedade e de relações de proximidade no local de trabalho e, por conseguinte, da capacidade de acionamento de “estratégias coletivas de defesa”, encontra-se na base do processo de adoecimento; portanto, estudar o sindicato como

espaço de organização e de luta para a defesa da saúde significa reconhecer que as entidades representativas possuem um papel importante na compreensão das condições de vida e trabalho, das relações sociais e dos antagonismos sociais presentes na realidade (GRAMSCI, 2004).

Nessa mesma linha teórico-metodológica, o estudo de Souza, Pina e Souza (2019), cujo foco de análise foi a greve de professores da rede pública em 2013 no Rio de Janeiro, ressalta a greve como movimento de questionamento aberto às situações do trabalho de professores e como espaço de luta em defesa da educação pública de qualidade. De acordo com os autores, a greve configurou-se como processo de aprendizagem, sob a perspectiva da pedagogia política, para o processo de formação dos trabalhadores, adquirindo importância para a construção de conhecimento e intervenção em saúde.

Nesse mesmo escopo de questionamento e análise crítica, resolveu-se aqui investigar o entendimento de participantes do comando de greve (CG) sobre a crise no Rio de Janeiro, o trabalho e a saúde dos docentes da UERJ, tendo como foco a greve de 2016, pois entende-se a greve como uma resposta orgânica da classe trabalhadora às medidas governamentais, vistas como solução para a crise. Considerando o contexto de crise política e econômica do país, em especial do estado do Rio de Janeiro, que resultou na greve dos professores durante quase seis meses, este interessou-se por abordar como o processo saúde-doença dos trabalhadores é impactado ao participarem de um movimento de greve num contexto de vida excepcional, de luta coletiva, com toda sua intensidade e esperança por melhorias. Como pressuposto da presente pesquisa, partiu-se da concepção de “trabalho” como um dos determinantes no processo saúde-doença de homens e mulheres.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ASPECTOS E DIMENSÕES DA CRISE CONTEMPORÂNEA

Harvey (2016) analisa as crises econômicas e sociais a partir da via das contradições “internas” do capital, considerando a concepção dialética de contradição. Para o autor, as crises do capital funcionam como ajuste das contradições do sistema econômico, sendo, assim, essenciais para a renovação do próprio capitalismo, em um processo cíclico no qual modelos econômicos e sociais são destruídos e substituídos por novos.

Desse modo, é importante esclarecer o termo “contradição”, tanto por ser um conceito-chave para o autor, quanto por ter sido utilizado ao longo deste trabalho. Na concepção dialética, o termo é empregado quando duas forças aparentemente opostas estão presentes ao mesmo tempo em determinada situação. Para elucidação, o autor usa o exemplo cotidiano da dificuldade em conciliar o trabalho fora de casa com a vida pessoal: duas atividades concorrentes e que, dessa maneira, criam uma “tensão”. Conciliar as demandas existentes entre a produção organizada e as necessidades de reprodução da vida pode ser evidente ou passar despercebido, pois tais atividades por vezes se entrelaçam de tal maneira a não se distinguirem, mostrando que as oposições nem sempre são nítidas. Dividir-se entre trabalho e vida particular, como no exemplo, pode ser algo controlável e pouco conflitante, como pode provocar um estresse entre desejos que são opostos a ponto de originar uma “crise”. Para Harvey (2016), tanto a contradição quanto a crise que pode derivar dela não são conceitos ruins. O certo é que são fontes de mudanças que podem ser melhores ou piores para as pessoas, no âmbito macrossocial ou pessoal.

Partindo do conceito de contradição e de como esta pode levar a crises econômicas, o autor exemplifica como o Capital transforma terras produtivas em desertos industriais, assim como bairros da classe trabalhadora são elitizados; e como essas contradições do capital atingem diversos aspectos da vida, alcançando inclusive a subjetividade humana.

Contudo, o que há de tão notável nas crises não é tanto a ampla reconfiguração da paisagem física, mas as mudanças drásticas no modo de pensar e entender, nas instituições e ideologias dominantes, nos processos, alianças e subjetividades políticas, nas tecnologias e formas organizacionais, nas relações sociais, nos costumes e nas preferências culturais que permeiam a vida cotidiana. As crises abalam profundamente nossas concepções de mundo e do lugar que ocupamos nele. (HARVEY, 2016, p. 9)

Para Harvey (2016), o capital apresenta contradições de três tipos: fundamentais, mutáveis e perigosas. A primeira se refere às contradições sem as quais o capitalismo não funcionaria, a exemplo da relação entre capital e trabalho; as mutáveis têm esse nome pois assumem novas formas com o passar do tempo, como o incremento tecnológico no trabalho, que não necessariamente se traduz em bem-estar comum; por último, as contradições perigosas são as que ameaçam a capacidade de funcionamento do capitalismo e a reprodução da vida humana, como a atual relação atual de exploração dos recursos naturais, que são finitos, mantida pelo capital. De acordo com o autor, quando tais contradições levam à crise, o capital produz momentos de “destruição criativa”, necessários para sua reinvenção. Como uma das soluções, os movimentos anticapitalistas deveriam se debruçar e observar as contradições do capital, de modo a obterem condições de antecipar a formação e resolução das crises, visto que já saberiam o que esperar.

Harvey considera que as crises são fases transitórias e disruptivas. Avalia que a crise iniciada nos anos 1960/1970 foi resolvida nos anos 1980 com a adoção de políticas neoliberais, e que a crise de 2008 ainda não se resolveu. Essa posição diverge daquela sustentada por Mézsáros (2011), que compreende a crise como estrutural do sistema capitalista. Logo, segundo este mesmo autor, a atual crise é a mesma iniciada na década de 1970, porém, com a característica de ser mais grave por ter sido irrompida globalmente com grande veemência; em outras palavras, o autor admite a existência de uma crise estrutural do capital combinada a uma crise cíclica e conjuntural.

A ocorrência de crises cíclicas periódicas continua sendo marca do desenvolvimento capitalista conjuntural e continuará, enquanto o capitalismo sobreviver. Mas, na nossa época histórica, há um tipo muito mais fundamental de crise que se combina com crises capitalistas cíclicas e afeta a todas as formas concebíveis do sistema do capital enquanto tal, não somente o capitalismo. (MÉSZÁROS, 2011, p. 136)

Mézsáros alerta para o aprofundamento da crise, ao afirmar que esta alcançaria não somente o mundo das finanças, mas todos os domínios da vida social, econômica e cultural. O que ocorre não é apenas uma crise financeira diante de uma crise estrutural, e sim um potencial aniquilamento da humanidade, considerando que o capitalismo não separa o progresso da destruição.

Tendo como referência as crises anteriores, Antunes (2009) ratifica a tese das crises cíclicas do capital, tomando como exemplo a de 1929, cuja característica foi, precisamente, a alternância entre períodos de baixa e de prosperidade, que, seguidamente, deu espaço aos “anos dourados” do *Welfare State*. Já a atual crise possui uma característica estrutural:

Ao contrário dos ciclos longos de expansão alternados com crises, presencia-se um *depressed continuum* que, diferentemente de um desenvolvimento autossustentado, exhibe as características de uma crise cumulativa, endêmica, mais ou menos uma crise permanente e crônica, com a perspectiva de uma profunda crise estrutural (ANTUNES, 2009, p. 29)

Antunes (2009) reconhece o início da atual crise nos anos 1970, quando mutações intensas, econômicas, sociais, políticas e ideológicas se sucederam. Após um período de acumulação de capitais do fordismo e keynesianismo, o capitalismo começou a dar sinais de estagnação, com traços evidentes de crise no plano material como a queda da taxa de lucro, privatizações e crise do Estado de bem-estar social. No plano ideológico, o autor aponta a existência de um culto ao subjetivismo e a um ideário fragmentador, que faz apologia ao individualismo exacerbado em oposição às formas de solidariedade e de atuação coletiva e social. Nessa perspectiva, o tripé Capital, Trabalho e Estado forma as dimensões fundamentais do modo de produção capitalista. Na tentativa de retomar o ciclo produtivo e manter o padrão de dominação, Capital e Estado se conformam numa ofensiva generalizada contra a classe trabalhadora, combinando desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho e destruição da natureza. O acirramento da competitividade e da concorrência, tão necessárias ao processo de valorização do capital, é acompanhado de graves consequências.

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal (ANTUNES, 2009, p. 33)

A respeito da intervenção do Estado, Antunes (2009) salienta que as crises financeiras são resolvidas pela injeção de dinheiro público nos bancos, como no caso da crise nos Estados Unidos, em 2008. É certo que o capital, na sua crise estrutural, chegou a um ponto de “simbiose” entre o campo econômico e as práticas políticas dominantes, e o Estado se comporta como um facilitador do domínio financeiro. Em que pese o processo de intervenção estatal a favor do mercado, uma das características que difere a crise estrutural das crises cíclicas tradicionais é que aquela não pode ser superada, nem mesmo com as operações de resgate por parte do Estado.

Analisando aspectos da crise em instituições na sociedade contemporânea, Castoriadis (2002) assinala que a organização política moderna está ligada à burocratização dos partidos e à escolha de líderes que sejam mais “vendáveis” e não necessariamente bons governantes, colocando à frente do Estado moderno dirigentes acidentais que favorecem ainda mais as crises contemporâneas. O autor também reconhece a existência de uma crise da sociedade

contemporânea que produz, ao mesmo tempo, uma “crise do processo de identificação”; ou seja, a criação de um “para-si”, do indivíduo ou da sociedade, relaciona-se com o que é instituído de forma histórica e, portanto, singular em cada sociedade, embora inserido numa totalidade. Isso se reforça com a crise das significações sociais que organizam as instituições, uma vez que faltam referências sobre as quais indivíduos e sociedade possam se apoiar. O autor conclui que a ausência de núcleos de identificação sólidos de sentido conduz a uma espécie de conformismo generalizado, levando o homem contemporâneo a agir como se suportasse a sociedade em que vive, sem a existência de projetos comuns. Um dos aspectos da crise de identificação citada pelo autor é a crise do sistema educativo, em que a autoridade do professor e dos conteúdos a serem transmitidos foi “desintegrada”.

No que tange ao contexto brasileiro, Lima (2016) defende a tese da particularidade histórica herdada pela chamada “via colonial”. Segundo essa perspectiva, o peso que a colonização exerceu sobre a formação social e econômica do país não deve ser desconsiderado, mesmo em se tratando da conjuntura mais recente. Embora afirme haver uma crise de sociabilidade mundial, existe no Brasil uma expressão particular, oriunda do colonialismo e do desenvolvimento capitalista próprio, que favoreceram formas de governo autoritárias, reacionárias, antiprogressistas e racistas, razão pela qual a crise no Brasil alcança aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, cujas suas expressões podem ser verificadas em diversas características e propriedades.

A crise que se instalou no Brasil nos últimos anos vem demonstrando isso nitidamente, corrupção generalizada, desvio de recursos públicos para a iniciativa privada (que na realidade é um *modus operandis* na história brasileira), pedido de retorno à ditadura militar e à monarquia, evidenciamento do racismo, da homofobia declarada, ascensão conservadora ao poder legislativo, manipulações políticas e judiciárias, espetáculo midiático para esconder o pagamento dos juros de uma dívida “pública”. (LIMA, 2016, p. 5)

Ainda em consonância com Lima (2016), um aspecto importante a ser considerado é a utilização da crise para garantir transições “pelo alto”, quando os agentes do capital e da mentalidade conservadora se mostram insatisfeitos com a política econômica do governo e passam a realizar manipulações políticas e jurídicas, como no caso do *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, no Brasil. Sobre este aspecto, as ideias de Fontes (2017) são convergentes ao demonstrarem tal crise como “chantagem política”, unificando setores do capital: bancos, grandes proprietários e partidos políticos, que se utilizam da crise promovida por eles próprios para extorquir direitos. Aludindo a uma metáfora biológica, Fontes (2017, p.



414) conclui que a crise é uma “marca genética do capitalismo que cria” crises sociais, econômicas, políticas, ambientais e humanas.

## 2.2 TRABALHO, PROCESSO DE TRABALHO E O CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

À luz de categorias críticas do materialismo histórico, a interpretação das relações saúde-trabalho no campo da saúde do trabalhador ocorre de maneira diversa do que preconizam a Medicina do Trabalho e a Saúde Ocupacional. Como pontos principais, destaca-se que um dos conceitos mais utilizados no campo é o de “processo de trabalho”, cujos elementos são explicados por Marx (1983a) como atividade orientada a um fim, objeto de trabalho e meios de trabalho; e que a saúde do trabalhador não ocorre sem a participação e o protagonismo do trabalhador, pois este possui um saber construído com base na sua experiência, sendo considerado um sujeito essencial para a ação transformadora do processo de trabalho (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997).

Os elementos do processo de trabalho existem independentemente das formas sociais determinadas (MARX, 1983a); por essa razão, qualquer que seja a expressão particular do trabalho em uma dada sociedade feudal, capitalista ou socialista, a sua apropriação é operada buscando o valor de uso, pois é voltado para satisfazer as necessidades humanas. Entretanto, no sistema capitalista, o trabalho não produz apenas valor de uso, mas também valor de troca, processo pelo qual o produto do trabalho é convertido em mercadoria com vista à troca e à extração de lucro e mais-valia.

Embora, originalmente, o conceito de processo de trabalho tenha sido elaborado para interpretar as relações de trabalho no contexto industrial-fábril, Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) esclarecem que, ao transpô-lo para a contemporaneidade, foi necessário adequá-lo, principalmente para a área de serviços que, apesar de algumas características análogas ao setor fabril, apresenta-se de forma muito heterogênea.

No contexto das transformações trazidas pela acumulação flexível, a automação e a informatização ampliaram a interferência na relação trabalho e saúde, exigindo do trabalhador novas estratégias de intervenção e modificação nas relações de trabalho. Novos e velhos padrões de produção visam exercer o controle sobre o processo de produção, incidindo diretamente nas condições de trabalho. Quanto a isso, a Saúde do Trabalhador pretende ir ao cerne da questão ao se debruçar sobre o estudo do processo de trabalho, sendo de fundamental importância para o seu entendimento.

desvendar a dinâmica dessas situações implica um empenho permanente de aproximação e teorização, capaz de ampliar a interpretação de um quadro aparentemente dado e imutável, que condiciona ou determina a formulação de alternativas tecnológicas/organizacionais, cujas repercussões não se restringem aos centros de trabalho. (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997, p. 27)

É certo que algumas características do trabalho na contemporaneidade como a terceirização, a precarização e a flexibilização atingem os diversos setores da economia e, portanto, estão relacionadas ao adoecimento do trabalhador em todas as esferas. Mendes e Dias (1991) citam a ocorrência de um deslocamento do perfil de morbidade relacionada ao trabalho, visto que novas doenças profissionais passam a se destacar como os distúrbios mentais, o estresse e a hipertensão arterial.

Considerando a centralidade do trabalho na vida humana, a Saúde do Trabalhador surge como campo e prática em construção na Saúde Coletiva, cujo objeto é definido por Mendes e Dias (1991, p. 347) como “o processo saúde e doença dos grupos humanos, em sua relação com o trabalho”. Nesse cenário, colocar o trabalho como central na relação entre saúde e doença significa admiti-lo como organizador da vida social e influenciador de adoecimentos, prazeres, crenças e ideias, seja em função do tempo que a maioria dos trabalhadores passa em longas jornadas, seja por originar toda possibilidade de consumo material ou por sua determinação direta nas noções de realização pessoal e identidade. Isto significa que o trabalho tem centralidade enquanto “elemento estruturante ou patológico, a depender de situações específicas” (FRANCO, 2004, p. 312).

Nesse sentido, o trabalho pode ser reconhecido não apenas como espaço de submissão do trabalhador à dominação do capital, mas também como espaço de luta e resistência; que possui como possibilidade a superação e a modificação dos processos de trabalho, tendo o próprio trabalhador como protagonista.

Tomando a saúde como principal elemento das relações de trabalho no âmbito das organizações coletivas e sindicais, a Saúde do Trabalhador nasceu a partir da experiência do Modelo Operário Italiano (MOI) surgido na década de 1960. Esse movimento teve como colaboradores trabalhadores, sindicalistas, estudantes e técnicos e sua proposta era o rompimento do paradigma de que a defesa da saúde deveria ficar a cargo das instituições oficiais (PAIVA; VASCONCELOS, 2011). A participação direta dos trabalhadores como princípio norteador deu à questão da saúde o *status* de construção coletiva, indo além de uma reivindicação pontual.

Nesse período, o método de produção de conhecimento para a ação operária permitiu aos trabalhadores investigar seus próprios centros de trabalho e lutar pela sua transformação.

Esse processo foi tão expressivo que a frase emblemática “a saúde não se vende nem se delega: se defende” tornou-se o lema do movimento e a força simbólica dos movimentos organizados pelos trabalhadores.

Com efeito, o debate brasileiro sobre as relações saúde-trabalho sofreu grande influência do MOI:

Não há como dimensionar a influência do MOI nos distintos países, mas é na América Latina que se tem um campo fértil de ideias originadas naquelas lutas. E o Brasil, não é temeroso afirmar, é o país latino onde uma ideologia da saúde do trabalhador, inspirada no modelo italiano, institucionalizou-se de forma mais visceral. Tanto a produção de conhecimentos, no âmbito acadêmico, quanto a instituição de políticas públicas das relações saúde-trabalho passam, em algum momento, com maior ou menor intensidade, pelos princípios do MOI. (PAIVA; VASCONCELOS, 2011, p. 393)

Foi precisamente nos anos de 1980 que a saúde do trabalhador ganhou corpo no cenário político brasileiro, no contexto histórico da Reforma Sanitária e de abertura democrática, sendo juridicamente consolidada e reconhecida na nascente Constituição Federal de 1988. Contudo, conforme assevera Gomez (2011), trata-se de um campo em construção, e como qualquer proposta emancipatória, vem sendo obrigada a defrontar-se constantemente com situações emergentes e contradições sociais. O autor citado converge com Mendes e Dias (1991) ao observar algumas características da saúde do trabalhador no Brasil: uma nova reflexão sobre o processo saúde-doença ao incluir categorias centrais como o “trabalho” e as dimensões de classe, e o reconhecimento da limitação de teorias que restringem a saúde a um conjunto de fatores de risco ou a uma relação causal entre a doença e um agente específico.

A crítica ao paradigma da causalidade é a sua limitação à relação entre exposição e fatores de risco. A Saúde do Trabalhador, por sua vez, se baseia em um modelo que considere os processos estruturantes e históricos da sociedade como relevantes para a compreensão do processo saúde-doença. Este modelo, denominado Determinação Social, reconhece a saúde como um objeto complexo e multidimensional e, segundo Breilh (2011), atua sobre três grandes domínios: a lógica estruturante de acumulação de capital, com suas condições político-culturais, os modos de viver com seus padrões de exposição e vulnerabilidade; e os estilos de vida.

A Saúde do Trabalhador, a princípio, é uma meta (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997), cujo compromisso fundamental é a mudança do quadro de saúde da classe trabalhadora, o que envolve a participação de trabalhadores, técnicos e pesquisadores (ODDONE; MARRI; GLORIA, 1986). Parece acertado afirmar, com Souza *et al.* (2017), que

se desenvolveu no campo da Saúde do Trabalhador um conceito de saúde específico que abrangendo a ideia de luta e de resistência. Assim, a relação entre trabalho e saúde encontra-se em permanente tensão no âmbito da história, já que está no cerne das contradições entre os desígnios do poder econômico do capital e a resistência dos trabalhadores. Daí a afirmativa consensual no campo de que a saúde é fortemente determinada pelas condições sociais e pela capacidade organizativa dos trabalhadores (GARCÍA, 1989; LACAZ, 1996; LAURELL; NORIEGA, 1989).

Destarte, importa considerar o conceito de “luta de classes”, segundo o qual entende-se que a luta entre a classe dominante e a classe trabalhadora se realiza por ações cotidianas, tanto por parte da burguesia para conservar a exploração e a dominação do trabalho, bem como pelas ações de rotina do proletariado que resiste, defendendo a vida e a saúde. Nessa vertente, a luta de classes é concebida como forma de relação social numa sociedade dividida em classes, e se concretiza, também, nas ações históricas de interrupção e paralisação do trabalho, como as greves de trabalhadores (CHAUÍ, 2012; MARX; ENGELS, 2010).

### 2.3 TRABALHO E SAÚDE DOCENTE

Maués (2010), ao abordar o trabalho de docentes de universidades públicas, aponta que a reforma do Estado ocorrida no contexto de crise capitalista dos anos 1980 trouxe novas configurações às universidades. Um novo modelo surgiu como parâmetro para a educação superior, advindo da lógica do Estado mínimo.

A forma de operacionalizar esse novo modelo de Estado exigia a criação de dois grandes núcleos, que foram denominados de burocráticos, responsáveis pelas funções exclusivas do Estado e o núcleo de serviços, responsável pelas funções não exclusivas a serem desempenhadas pelo Estado. (MAUÉS, 2010, p. 143)

Nesse contexto, a educação superior passou a ser considerada um serviço não apenas do Estado, que implantou a criação de objetivos, a avaliação de resultados e a adoção de parâmetros aplicados no mercado, como a eficácia e a eficiência, mas também de empresas prestadoras de serviços de terceirização, denominadas organizações sociais (OS).

Para se adaptarem às regras do mercado, países como o Brasil seguiram as recomendações de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD); da Conferência Mundial sobre a Educação Superior (CMES); Conferência Regional da Educação Superior da América Latina e

Caribe (CRES); e do Fórum Nacional da Educação Superior (FNES) (MAUÉS, 2010), que influenciam diretamente as universidades por meio de políticas públicas estabelecidas pelo governo na forma de medidas provisórias, decretos-lei e portarias ministeriais. Dois exemplos citados por Maués (2010) são a Lei de Inovação Tecnológica e a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI)<sup>3</sup>.

O trabalho docente, portanto, está inserido em um contexto de crise e de reforma do Estado, que impõe ao trabalhador uma nova organização acadêmica baseada na gestão empresarial, submetendo-o à precarização do trabalho e à lógica de mercado. Dessa forma, o docente passa a ser “refém da produtividade”, com significativa intensificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, aliada ao clima de competição e individualismo que se cria no ambiente acadêmico, podendo levá-lo ao adoecimento.

Em relação à categoria produtividade, é importante aprofundar seu conceito e entendê-lo historicamente. Luz (2005) situa na década de 1970 o início da concepção da pós-graduação como concentradora das atividades de pesquisa, o que resultou em uma elitização da prática; em seguida, por volta da década de 1990, a situação foi acirrada e a pesquisa passou a ser privilégio do doutorado, concentrando ainda mais a pesquisa no cume educacional, excluindo outros níveis como o mestrado. A partir do momento em que a pesquisa acadêmica assumiu essa posição isolada, além da necessidade de cumprir as exigências institucionais com seus critérios quantitativos de avaliação, o docente submeteu-se à intensificação do processo de trabalho. Quanto à produtividade no processo de trabalho, a autora diz que:

A categoria é geralmente entendida como *quantum* de produção intelectual, sobretudo bibliográfica, desenvolvida num espaço de tempo específico, crescente de acordo com a qualificação acadêmica (“titulação”) do professor/pesquisador. Esse *quantum* básico é necessário para conservar os pesquisadores na sua posição estatutária em seu campo científico. (LUZ, 2005, p. 43)

A disputa por subsídios das agências de fomento, os critérios para a “subida de conceito” – referência direta da autora à avaliação das agências reguladoras – vão de encontro a características fundamentais para a realização de atividades de pesquisa, como a liberdade para possuir um ritmo próprio de trabalho e a criatividade.

---

<sup>3</sup> Lei de Inovação Tecnológica: estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do país; REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que tem como principal objetivo ampliar o número de vagas nas universidades.

O fato de o trabalho docente passar por constantes modificações não é algo novo, porém, assim como a crise deve ser vista em seu aspecto estrutural, há indicações de que as condições de trabalho dos docentes da UERJ não se tornaram difíceis apenas recentemente. Mancebo e Santa Maria (2016) reconhecem a influência da crise fiscal do estado na precariedade do trabalho docente, mas sinalizam que a situação dos professores da UERJ já era precária anteriormente. Exemplificam que entre 2007 e 2014 o número de docentes diminuiu em 5%; em contrapartida, as matrículas de estudantes cresceram 27%, o que sugere uma “intensificação” do trabalho docente.

Na concepção marxista de trabalho, o homem engaja sua corporeidade e seu intelecto em atividades necessárias para a reprodução da vida, o que lhe possibilita desenvolver determinadas capacidades e habilidades. Quando o trabalho não reúne condições suficientes para estimular as potencialidades humanas, com destaque para a autonomia e a criatividade, conforme Souza *et al.* (2017), pode tornar-se um produtor de doenças. Não obstante, o docente, subordinado à lógica da produtividade e competitividade, não raro tem de enfrentar o isolamento e a hostilidade entre pares, a despeito das relações de cooperação que também podem ser construídas nos espaços acadêmicos. Percebe-se, diante disso, que um ambiente de trabalho hostil favorece o comprometimento da saúde física e psíquica dos trabalhadores, que podem apresentar os sintomas apontados por Luz (2005), como o estresse e as somatizações.

O fazer acadêmico, coerente com os interesses da sociedade, também está inserido na ideia de defesa da saúde. Por meio dos movimentos de docentes, o engajamento na luta pela universidade pública pode ser o caminho para resistir ao processo de privatização e precarização das universidades.

É diante desse cenário que novos desafios se impõem aos sindicatos. De nossa parte, cremos que a *ferramenta sindicato* ainda é imprescindível, enquanto perdurar a sociedade do capital, com sua exploração do trabalho, suas precarizações, seus adoecimentos e seus padecimentos corpóreos, físicos, psíquicos etc. Mas é preciso dizer que há inúmeros desafios a serem enfrentados. (ANTUNES, 2018, p. 151)

Cabe ressaltar que as organizações de trabalhadores favorecem o sentimento de coletividade e são uma forma de resistência ao isolamento causado pelo processo de flexibilização. Porém, as entidades sindicais podem contribuir para a defesa da saúde e do trabalho docente.

## 2.4 O SINDICALISMO NO SETOR PÚBLICO

Desde o início do século XIX, a forma histórica hegemônica de luta e resistência coletiva dos trabalhadores se realiza por meio da coordenação dos sindicatos de classe. No entanto, no que tange à greve docente da UERJ de 2016, embora tenha sido organizada por meio do seu sindicato – Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio Janeiro (Asduerj) –, teve como principal aliado um modo de representação participativa de base denominado “comando de greve” (CG). Assim sendo, considera-se importante entendê-lo, tanto do ponto de vista da literatura, quanto dos próprios registros e documentos sindicais. Parte-se aqui da premissa teórica de Gramsci e Bordiga (1981), em que, para haver resistência e reivindicar direitos, é necessária a organicidade da classe trabalhadora, tendo como referências centrais os próprios locais de trabalho e a democracia, em suas diversas nuances, como princípio do movimento social.

No ângulo da história de organização da classe trabalhadora, é preciso ressaltar que os trabalhadores que exercem atividades de natureza predominantemente “intelectual”, como os professores, tiveram uma trajetória de sindicalização diferente do segmento de trabalhadores considerados “manuais” (metalúrgicos, ferroviários, entre outros). Boito Jr (2004) afirma que foi apenas nos anos 1980 e 1990 que o sindicalismo do setor público, em que se concentra o sindicalismo de classe média, despontou com força; e que, apesar das ofensivas do neoliberalismo, continuou em crescimento no século XXI:

Ocorreu uma mutação no cenário sindical. Enquanto parte do proletariado industrial e de serviços, como mineiros, metalúrgicos, ferroviários e trabalhadores dos portos, teve o seu sindicalismo debilitado em diversos países, assalariados, como professores, médicos, enfermeiros, trabalhadores de escritório e da administração e serviços públicos, fortaleceram suas entidades associativas e adotaram práticas tipicamente sindicais – greves, manifestações de rua, assinatura de acordos coletivos etc. (BOITO Jr, 2004, p. 212)

Compreender esse fenômeno de sindicalização tardia, verificado tanto em países centrais como na América Latina, implica discutir as questões de classe que envolvem estes trabalhadores: há na literatura a discussão de quanto os trabalhadores assalariados não manuais se distinguem ou se igualam ao proletariado. O autor citado não apresenta uma conclusão a esse respeito, mas, para efeitos deste trabalho, considera-se o assalariamento como o fator de unidade da classe trabalhadora.

Para Boito Jr (2004), a partir de Poulantzas, o professor de uma instituição pública, embora não controle o trabalho de terceiros, faria parte da nova pequena burguesia, pois realiza

um trabalho improdutivo e socialmente valorizado como trabalho intelectual, o que o distanciaria da classe operária. Para o mesmo autor, ao referir-se ao pensamento de Decio Saes, o que distancia os professores dos trabalhadores assalariados manuais – a classe operária – é o seu apego à ideologia meritocrática, e não o individualismo de tipo pequeno burguês, que é um individualismo de pequeno proprietário.

Há ainda autores que indicam que os trabalhadores “não manuais” estão na fase final de um processo de “proletarização” e, por conseguinte, de fusão político-ideológica com o movimento operário. Trata-se da tese da proletarização da classe média. Tais características configuram importantes condições ideológicas para a participação e adesão ao sindicalismo no setor público, a exemplo dos professores.

A incidência e a eficácia desses fatores variam de acordo com a situação de trabalho e o ramo particular da economia no qual se insere determinada fração da classe média. A difusão do assalariamento, a concentração de trabalhadores de classe média em grandes unidades de serviço ou de produção, a burocratização das relações de trabalho e a degradação salarial induziram parte da classe média a aderir ao sindicalismo. (BOITO JR, 2004, p. 227).

A análise das relações da classe média com o sindicalismo se dá a partir de limites que são flexíveis e mutáveis sob a determinação da história; e depende de dois importantes fatores: o meritocratismo e a situação de trabalho. Entende-se que um professor universitário da rede pública desfruta de autonomia e estabilidade, portanto sua situação de trabalho seria favorável à sindicalização, uma vez que, na iniciativa privada, o direito à sindicalização vem sendo dificultado, como bem demonstra a retirada do desconto sindical compulsório, além do crescimento do emprego informal.

Os trabalhadores não manuais do setor público, por possuírem, em contraste com o setor privado, maior liberdade de movimentação no local de trabalho, estabilidade no emprego e padronização burocrática das relações de trabalho e da remuneração, possuem, também, maior propensão à organização sindical. (BOITO JR, 2004, p. 224)

Segundo Boito Jr (2004), o sindicalismo em setores de classe média caracteriza-se, fundamentalmente, como um sindicalismo do setor público. Sob este prisma, muitas profissões de classe média, como professores e médicos, só se organizam sindicalmente no setor público, nunca no setor privado, dadas as condições mais favoráveis nesse ramo à organização coletiva.



### 3 OBJETIVOS

#### 3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a relação entre crise, saúde e trabalho no contexto da greve de professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) de 2016 na perspectiva do comando de greve (CG).

#### 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Problematizar a repercussões da crise fiscal do estado do Rio de Janeiro no trabalho e na saúde dos docentes da UERJ.

Descrever aspectos relacionados à greve de 2016, como movimento de resistência e de defesa da saúde dos trabalhadores, segundo a ótica do CG.

#### 4 METODOLOGIA

Este estudo fundamenta-se no aporte teórico-metodológico do materialismo histórico. Segundo Marx e Engels (1986), “a questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento” (p. 12). Nesse escopo teórico prevalece a ideia da práxis, ou da ação mais reflexão como processo de conhecimento. Vale também considerar que, no “Método da economia política”, Marx afirmou que o processo de conhecimento acerca de uma determinada realidade inicia-se pelo real e pelo concreto. Para este pensador, o “concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso” (MARX, 1974, p. 122). Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida efetivo da totalidade (MARX, 1974). Assim, Marx sustenta a necessidade de apreensão dialética das conexões (internas) da realidade a ser conhecida e da práxis. É o próprio Marx que questiona: “Se os homens apreendessem imediatamente as conexões, para que serviria a ciência?” (MARX apud KOSIK, 2002, p. 17).

Nessa linha de compreensão, Kosik (2002) esclarece que a interpretação dialética consiste no pensamento crítico que se propõe a compreender as conexões entre o mundo da aparência, o mundo da realidade e suas contradições. Para este mesmo autor, existiria uma “pseudoconcreticidade” que se manifesta imediatamente ao homem, sendo necessário, portanto, analisá-la e compreendê-la teoricamente. Consoante Kosik, a existência real e as formas da realidade que se reproduzem na visão daqueles que realizam uma determinada práxis histórica podem ser compreendidas como um conjunto de representações ou categorias do “pensamento comum”, sendo imprescindível um esforço sistemático de crítica ao senso comum a fim de captar a realidade em sua estrutura e em seu modo de ser, desviando-se da familiaridade com o cotidiano. A práxis examinada nesse contexto é historicamente determinada e unilateral, já que se trata de uma práxis fragmentária das pessoas, baseada na divisão do trabalho, da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais (KOSIK, 2002, p. 14).

Nesse sentido, a decomposição da realidade e de determinado fato em partes é indicada como estratégia de análise, sem perder de vista a totalidade histórica que a determina: “A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo” (KOSIK, 2002, p. 18). Neste enfoque teórico, totalidade significa “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (p. 44).

Em termos metodológicos, este estudo intenciona realizar uma aproximação entre a realidade e o tema de pesquisa por meio de análise crítica sobre a práxis e a reflexão levadas a efeito pelos membros do comando de greve (CG) docente, que foram sujeitos da ação de greve e da experiência de luta pelo trabalho e pela vida. Isto posto, adotou-se a seguinte pergunta principal de investigação: “Qual a perspectiva dos membros do comando de greve sobre a relação entre crise, trabalho e saúde no contexto da greve de 2016 dos professores da UERJ?”.

#### 4.1 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa social de natureza qualitativa. Para Marconi e Lakatos (1986), a pesquisa social é um processo de caráter científico por meio do qual se podem obter novos conhecimentos no campo da realidade social que abrange, de forma geral, o estudo de instituições sociais, conflitos e problemas sociais, bem como o amplo repertório da variedade de relações humanas.

participantes da greve de 2016. O roteiro semiestruturado foi formado por perguntas abertas (APÊNDICE B). Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada define-se como aquela que:

parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146)

Ainda segundo o autor, este tipo de entrevista enriquece a investigação na medida em que oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador.

Pensamos, entretanto, que a entrevista semiestruturada mantém a presença consciente e atuante do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite a relevância na situação do ator. Este traço da entrevista semiestruturada, segundo nosso modo de pensar, favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores. (TRIVIÑOS, 1987, p. 152)

Para obter acesso aos entrevistados, foi empregada a técnica “bola de neve”. Handcock e Gile (2011) afirmam que há confusão no tratamento do termo “bola de neve”, assim como de

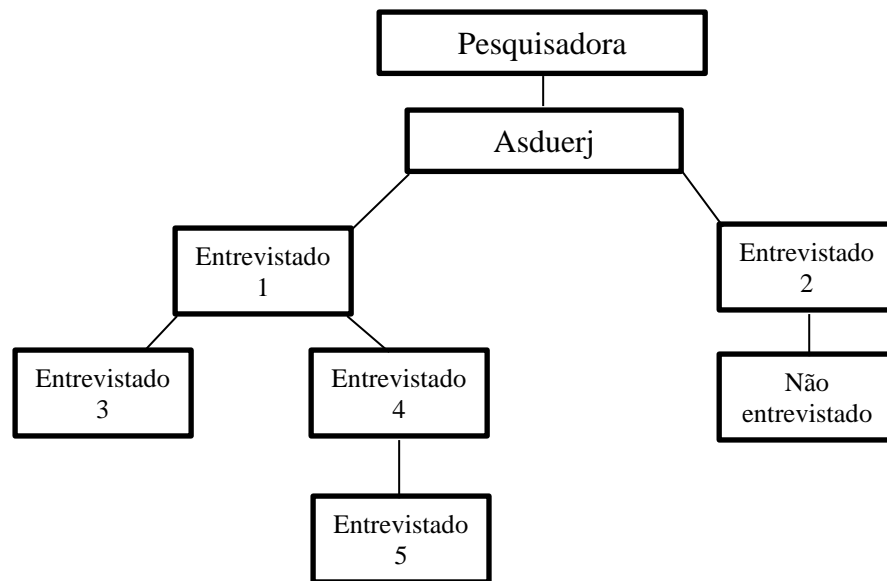
diversos termos no campo da sociologia, que podem evoluir ao longo do tempo ou ser usados sob diferentes concepções. Desta forma, o termo “bola de neve” passou por diversas interpretações ou foi utilizado em pesquisas sem que fosse citado como técnica de investigação. Nesse contexto, a técnica se configura da seguinte forma:

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. (VINUTO, 2014, p. 203)

A mencionada técnica é definida como “técnica de amostragem heterodoxa da pesquisa qualitativa” (VINUTO, 2014, p. 202). Vale lembrar que esta técnica de pesquisa é utilizada, com frequência, para a execução de entrevistas individuais, tal qual a necessidade do presente estudo.

Assim, após o contato realizado com a Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio Janeiro (Asduerj), esta nos concedeu autorização para acesso aos docentes e nos forneceu o nome de dois docentes para início dos contatos. A primeira entrevistada nos ajudou com dois outros nomes de componentes do CG e o segundo nos indicou um possível entrevistado, e assim sucessivamente. Todos os contactados aceitaram participar da pesquisa, porém um deles não pôde agendar um horário, pois estava em processo de recuperação de uma situação de saúde. A partir do quarto entrevistado, observou-se a saturação das respostas, de modo que as entrevistas se encerraram com o quinto entrevistado.

Figura 1 – Rede de contatos efetuados para a realização das entrevistas



Fonte: A autora, 2020.

Como já mencionado, o número de entrevistados correspondeu ao ponto de saturação, sendo as entrevistas continuadas até o ponto em que se verificou a repetição dos temas. Conforme Vinuto (2014) elucida, a amostragem em bola de neve pode ser uma forma eficaz para construir uma base de amostragem exaustiva se a preocupação da pesquisa estiver relacionada a uma população relativamente pequena de pessoas que estejam espalhadas por uma grande área, como foi o caso dos nossos entrevistados.

No que concerne à escolha das perguntas, optou-se por questões do tipo explicativa. Para Triviños (1987), estas perguntas são importantes para a abertura de perspectiva de análise e interpretação das ideias do informante; e estão inseridas no campo de pesquisa histórico-estrutural, dialético, cujo objetivo é determinar as razões mediatas e imediatas do fenômeno social. Já as perguntas de natureza descritiva são mais adequadas para estudos que seguem a linha teórica fenomenológica. Neste estudo, as perguntas 1, 3, 4 e 6 são de caráter explicativo e as de número 2 e 5, descritivas gerais.

O roteiro de perguntas aplicado baseou-se nas seguintes questões:

1. Fale-me sobre a greve de 2016 e o contexto da crise do estado do Rio de Janeiro.
2. Quais eram os principais pontos da luta?
3. Você considera que ocorreram conquistas do ponto de vista do trabalho na universidade?
4. Qual a sua visão sobre a relação entre greve e saúde?
5. Houve aprendizado? Descreva-os.

6. Que mudanças ocorreram após a experiência da greve de 2016?

#### 4.2 CENÁRIO DE ESTUDO

O campo de pesquisa foi a associação dos docentes da UERJ (Asduerj), órgão oficial de representação dos seus professores filiados.

De acordo com informações obtidas no *site* oficial da Asduerj (2019), a entidade foi fundada em 1979 num período intenso de lutas pela redemocratização do país e enfretamento da ditadura. Procura atuar, desde então, na conquista e consolidação dos direitos dos docentes, estando à frente de importantes pautas, como o movimento pela conquista de dotação orçamentária para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) na Constituição Estadual, e a construção do Plano de Carreira Docente.

Quanto à UERJ, segundo notifica seu *site* oficial (UERJ, 2019a), possui cerca de 43.000 alunos e 2.800 docentes distribuídos em 16 *campi* e unidades externas, e reúne em seu projeto pedagógico características importantes para que se compreenda sua história, bem como importância social e científica:

Desde sua fundação, a UERJ destaca-se por seu pioneirismo: foi a primeira universidade pública do Brasil a oferecer o ensino superior noturno, permitindo a qualificação de estudantes trabalhadores; foi a segunda instituição universitária a possuir um hospital de clínicas voltado para o ensino; é Universidade brasileira com maior número de projetos de interação com a sociedade (extensão universitária); foi a primeira a implantar o sistema de cotas, com importantes programas de inserção acadêmica dos alunos ingressantes por reserva de vagas, até hoje referências no país; destacou-se na implantação de programas de qualificação docente da rede pública do estado; foi inovadora no estímulo à produção acadêmica (Prociência), responsável pela formação, em seis décadas, de recursos humanos qualificados para o Estado do Rio de Janeiro e para o país. (UERJ, 2015, p. 2)

#### 4.3 SUJEITOS DO ESTUDO

A pesquisa foi realizada junto aos participantes do CG docente atuante na greve de 2016.

Um CG é composto por representantes da direção do sindicato e trabalhadores da base. No processo de greve, um dos elementos mais importantes é o CG, pois se trata da instância pensante que orienta as atividades e encaminha diretrizes para a assembleia decidir a partir da força de cada trabalhador que está na linha de frente da construção da greve.

De acordo com Maia (2011), o CG, em sua acepção política, pode ser definido como um “bloco coletivo em ação”, e pode constituir-se por opção da direção sindical em fortalecer

a greve, mas, para tanto, necessita de ações realizadas por sua “base”. Assim, o comando surge como algo além da direção sindical, embora ainda esteja a ele atrelado.

Segundo Maia (2011), em muitos exemplos históricos, os CG representam somente um braço da organização sindical. O sindicato é a verdadeira organização, sendo o comando uma forma de operacionalizar as ações do sindicato. Quando a greve termina, também o comando tem que se extinguir, pois tem de haver o retorno do sindicato como única instância organizativa, como protagonista no palco das lutas sociais. Consoante esse mesmo autor, no CG não há quem manda e quem obedece, pois é uma organização essencialmente horizontal e heterogênea. Essa heterogeneidade tende a assumir várias formas: de concepções políticas, de práticas políticas, de formas de ação. Isto é possível pois o comando é uma organização constituída por indivíduos com trajetórias e práticas políticas distintas, com formações teóricas e intelectuais as mais diversas (MAIA, 2011).

No caso da greve da UERJ de 2016, foi composta pelo CG estudantil, dos servidores técnico-administrativos e pelo CG docente. Foram entrevistados apenas componentes do CG docente, independente de terem ou não vinculação com o sindicato.

Portanto, o critério de inclusão dos participantes deste estudo foi: ser professor do ensino superior que participou do CG de professores da UERJ no ano de 2016.

Os sujeitos da pesquisa foram convidados por meio de telefonema, com posterior contato via e-mail para envio do resumo da pesquisa e agendamento da entrevista. A partir da indicação do contato semente, foram feitos os contatos posteriores. As entrevistas ocorreram de outubro a dezembro de 2019.

Quanto à formação acadêmica e departamento de atuação, os participantes estão inseridos em um grupo heterogêneo abrangendo as áreas de Química, Biologia, Ciências Sociais, Letras e Geografia, sendo três homens e duas mulheres, com tempo de docência que variou de 3 a 30 anos. Por questões éticas, estes não foram identificados pelo nome; lançou-se mão de um recurso alfa-numérico para diferenciação dos participantes na apresentação dos excertos, adotando a letra “D” referente à palavra “Docente” seguida da ordem de numeração alusiva à cronologia das entrevistas, a saber: D1, D2, D3, D4 e D5.

#### 4.4 ANÁLISE DOS MATERIAIS DE CAMPO

A interpretação dos dados foi realizada à luz da análise de conteúdo (AC), mais especificamente pelo uso da técnica de análise temática, que consiste em identificar os núcleos de sentido que compõem um texto. Bardin (2016) define a AC como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos de análise e interpretação do conteúdo de textos. De acordo com essa técnica, após pré-análise, exploração e tratamento dos materiais provenientes das entrevistas, foram identificados os principais temas procedentes dos registros das gravações e as transcrições das entrevistas foram feitas pela própria pesquisadora. Os temas foram definidos por meio de classificação de excertos, por critério de similaridade e frequência e, ainda, pela sua relevância em relação ao tema estudado.

#### 4.5 ASPECTOS ÉTICOS

Em relação aos procedimentos éticos, este estudo foi realizado em conformidade com os princípios éticos para a pesquisa envolvendo seres humanos, estabelecidos nas Resoluções nº 466 e nº 510, do Conselho Nacional de Saúde (2013, 2016). E somente foi iniciado após aprovação do Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, sob o número CAAE 17829719.2.0000.5240.

Por tratar-se de pesquisa com seres humanos, foi aplicado, de forma individual, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – aos cinco entrevistados (APÊNDICE A). No momento anterior à realização da entrevista, foi apresentado o documento pela mestranda, que explicou os procedimentos do estudo, os riscos e benefícios, além da garantia de sigilo e o direito de desistência.

Todos os participantes concordaram com os termos do documento na íntegra.



## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 A DRAMÁTICA HISTÓRIA RECENTE DA UERJ E A ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA DOCENTE

Para fins deste estudo, considerou-se importante recontar a história da greve da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) a partir do relato dos componentes do comando da greve (CG) de 2016. Durante as entrevistas, percebeu-se que, em alguns momentos, os participantes tinham dificuldades para recordar as situações ocorridas, algo esperado, tendo em vista eles estarem rememorando eventos passados há pelo menos dois anos. De acordo com Hobsbawn (2005), a história pode ser apreendida e registrada pela cronologia dos fatos, adotando-se como importante caminho de investigação a ação de fazer perguntas, analisar e discutir experiências. Segundo o autor, “a história é o banco de memória da experiência” (p. 37). Hobsbawn (2015) ressalta, ainda, a importância de se registrar a história dos movimentos de trabalhadores sob o olhar de quem as vivencia de fato, no interior do movimento da própria história.

Nesse sentido, o presente estudo baseou-se em relatos e memórias e observou-se que, do ponto de vista dos participantes, houve certo consenso sobre como se iniciou o movimento, quais eram as pautas específicas e outras informações gerais de caráter factual. Revelou-se, na perspectiva dos docentes, uma concepção ampliada da história do movimento de trabalhadores da UERJ, visto que, embora o direcionamento inicial do estudo estivesse voltado para a categoria dos professores, todos abordaram a situação de outros trabalhadores e estudantes da universidade, o que se optou por manter na seleção dos relatos.

Na perspectiva dos participantes, os fatos que antecederam a greve ocorreram no fim de 2015, com o não pagamento dos salários de trabalhadores de algumas empresas terceirizadas:

A gente entrou em greve em 07 de março de 2016, a crise no estado do Rio ainda não tinha a dimensão que assumiu posteriormente. O que a gente já percebia de efeitos aqui na UERJ era o pagamento dos terceirizados, a gente teve no final de 2015 um semestre que acabou antes da hora. (D1)

A UERJ possui empresas terceirizadas que fornecem serviços de limpeza, manutenção, segurança, entre outros e, naquele momento, alguns trabalhadores terceirizados estavam com seus salários pagos corretamente e outros não, pois algumas empresas alegavam não estar recebendo a verba para repasse dos proventos. Ficou mais evidente o não pagamento dos

funcionários da empresa de limpeza, visto que a situação da falta de limpeza na UERJ estava bastante grave, inclusive com o lixo acumulado pelo *campus*.

De acordo com Santana e Druck (2015), as universidades, assim como as empresas capitalistas, têm optado pela fragmentação de contratos de terceirização para não ficarem dependentes de uma mesma empresa. Para os autores, a luta contra a precarização das condições de trabalho, em estreita relação com as dimensões de gênero, raça e classe social, deveria estar no centro do enfrentamento contra o trabalho degradado nas universidades públicas.

Entre os fatos de maior relevância nesse período, ganhou destaque nos relatos o uso de um auditório da universidade, por parte da empresa contratante dos trabalhadores, para que os terceirizados fossem demitidos em massa. A autorização partiu da reitoria que foi alvo de muitas críticas.

A situação mais aviltante ocorreu no início de junho de 2016 quando a Construir Arquitetura e Serviços Ltda demitiu, aproximadamente, 500 trabalhadores, sem pagar aviso prévio e, na época, devia-lhes cinco meses de salário. Com os trabalhadores da Dinâmica Segurança Patrimonial Ltda ocorreram fatos parecidos: foram demitidos 400 funcionários que trabalhavam como vigilantes, os quais, quando dispensados, também não recebiam salários há dois meses. (MANCEBO, 2017, p. 169)

A comunidade universitária começou a se mobilizar, principiando com a adesão dos estudantes que ocuparam o *campus* Maracanã, localizado na cidade do Rio de Janeiro, no fim de 2015. Até então, era a UERJ que recebia a verba do governo e repassava para as empresas prestadoras de serviços. E foi a partir da questão dos terceirizados que irrompeu a situação que impactaria toda a universidade: a falta de orçamento, embora nesse momento a crise não fosse ainda de conhecimento público.

Desse modo, a crise financeira do estado já mostrava seus primeiros indícios, até que em março de 2016 deu-se início à greve que teve como pauta a recomposição do orçamento da universidade; os pagamentos dos trabalhadores terceirizados e bolsas dos estudantes; melhorias na carreira docente como a Dedicção Exclusiva (DE) no vencimento-base, além da recomposição salarial pelo fato de a categoria estar desde 2001 sem reajuste.

É válido mencionar a tese de Chauí (2003) de defesa da universidade pública como instituição social inseparável da ideia de democracia. Por certo, a forma atual do capitalismo caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes. Assim, a visão organizacional da universidade produziu aquilo que a autora denomina como “universidade operacional”

(CHAUÍ, 2003, p. 7). Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional. Se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, é preciso começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio ou mesmo um serviço. Na relação democrática entre Estado e universidade pública, torna-se fundamental a realização, de modo público e em períodos regulares fixados, de diálogo e debate com a sociedade civil organizada e com os agentes do Estado. Isso significa que a democracia e a autonomia universitária são inseparáveis da elaboração da peça orçamentária anual, pois é esta que define as prioridades acadêmicas de docência e pesquisa, as metas teóricas e sociais, bem como as formas de investimento dos recursos. Para que haja autonomia e democracia, é necessário que os orçamentos sejam discutidos por todos os membros da universidade, segundo o modelo do orçamento participativo.

Nota-se pela pauta da greve de 2016 que a crise fiscal ainda não estava plenamente reconhecida, e conforme a fala de D1, “a crise se instala mesmo quando a gente já está com cinco meses de greve, que é quando o governo do estado decreta o estado de calamidade. Isso aí foi no final da nossa greve”.

O reconhecimento da gravidade da crise veio com o aviso oficial do governo ao decretar o estado de calamidade pública em junho de 2016, no último terço da greve e às vésperas do início das Olimpíadas. Após esse episódio, a situação dos docentes complicou-se mais, diante do não pagamento do salário dos servidores, questão que foi enfrentada no contexto da primeira greve de 2017.

A gente saiu de greve em janeiro de 2018, então se for pensar assim no ponto de vista histórico de mais longo prazo, né, durou praticamente dois anos, mas a gente tem três momentos. [...] Uma greve que era essa primeira, que era a greve da reivindicação, das melhorias etc., me pareceu ser uma greve até mais fácil de fazer, apesar da dificuldade sempre que as pessoas estavam mais animadas pelo sentimento coletivo por a gente estar lutando por algo melhor; a segunda greve foi muito difícil de fazer com pessoas muito mal, muito desanimadas, muito adoecidas, acho que a gente convive com isso até hoje. (D1)

Fica claro no relato que há uma diferença qualitativa entre as greves de 2016 e 2017. Embora a primeira tenha sido mais longa, foi a “mais fácil” na visão do integrante do CG, tendo em vista que havia uma luta por melhoria das condições do trabalho docente; na greve de 2017, a crise estava em seu momento mais agudo em virtude da falta de pagamento dos servidores e

do risco de fechamento da universidade, além do desgaste de uma greve tão próxima da outra. Do ponto de vista da saúde do trabalhador, é interessante perceber o caráter contraditório do impacto da greve no trabalhador, pois na greve de 2016 havia “um sentimento coletivo” e as pessoas estavam mais “animadas”, ao passo que na greve posterior as pessoas estavam “adoecidas” e, pela primeira vez na sua história, a universidade tinha paralisado as aulas por três meses – mesmo sem greve de professores – em decorrência da completa falta de condições materiais e de segurança para seu funcionamento (MANCEBO, 2017, p. 171).

Cabe ressaltar que o objetivo inicial deste estudo era pesquisar a greve de 2016, porém, durante o trabalho de campo, foi verificado que nas falas dos entrevistados havia pouca separação entre uma greve e outra, e que os três momentos de greve se confundiam. Assim sendo, a questão da continuidade entre as greves foi uma surpresa do trabalho de campo, que não poderia deixar de ser abordada uma vez que representava um processo e que, portanto, não pode ser cortado e sim discutido em sua totalidade.

Segundo as falas, ocorreram três momentos durante o estado de greve, em um curto período de tempo: março a agosto de 2016, e mais duas greves em 2017; a última tendo fim em janeiro de 2018. O termo “estado de greve” emergiu nas falas, simbolizando que a universidade “sai da greve e vai pro estado de greve, quer dizer que a gente pode retomar a greve sem ter que fazer tudo de novo” (D1), e por isso é dito que a greve durou quase dois anos. Assim, apesar de ter havido diferenças significativas, rupturas e continuidades entre elas, todas se configuraram como uma resposta à mesma conjuntura de crise.

Porque é muito difícil separar uma da outra, porque foram três seguidas, são a de 2016 e a de 2017, que na verdade a de 2016 foi a mais longa, foram cinco meses, mas ela não foi a mais dura, porque as condições de trabalho e as condições da crise do estado só se agravaram [...] a gente tava assim num cenário horrível e a gente acabou entrando num cenário tenebroso depois quando os salários começaram a atrasar e a gente se viu numa situação de já ter tido uma greve de cinco meses e precisar fazer uma nova greve porque não tinha condições de se trabalhar sem salário, três meses de salário atrasado. (D5)

O docente em tela apresenta a necessidade da permanência em estado de greve, mediante o agravamento do contexto de crise fiscal e suas repercussões. A questão da falta de salário apareceu nas falas como um impeditivo para o comparecimento nas atividades de greve, pois as pessoas precisam se deslocar, e a falta de pagamento dificultava não só o trabalho, mas a greve em si.

Considerou-se válida a análise de outras greves docentes. Para tanto, não foram encontrados na literatura exemplos idênticos, mas pode-se citar a greve das universidades

federais, ocorrida em 2012 que, conforme aponta Mattos (2013), trouxe elementos que foram importantes na construção de uma “greve forte”, que se inicia pelo trabalho prévio e pedagógico realizado pelos sindicatos. Após sete anos sem uma greve de proporções nacionais, esta greve, liderada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) e seu CG, contou com a adesão de estudantes e técnicos-administrativos das universidades, possibilitando, inclusive, a paralisação de diversos programas de pós-graduação. Um outro elemento indicado para a construção de uma “greve forte” foi a realização de atividades conjuntas com outras categorias de servidores federais, e o fato de haver mais de 30 destas categorias também em greve.

No caso da UERJ, além de terem sido três momentos de greve, existiu um processo de continuidade com greves anteriores, de modo que as conquistas formaram um único processo. Assim, mesmo que determinada pauta não seja alcançada num determinado momento, ela faz parte de etapas anteriores e posteriores, como no exemplo citado, em que a luta pela DE iniciou-se em 2008 e que, conforme relatos, só foi concretizada em 2018.

[...] então são etapas de conquistas, digamos assim, e como etapas de conquistas, a greve de 2016, assim como a greve de 2012 e de 2008 que tinham a DE como pauta. São etapas dessa luta, então acho que a força da greve de 2016 foi muito forte. Naquele momento o que a gente conquistou de plano de carreira parecia muito pequeno, o que a gente almejava, mas é uma conquista considerando a correlação de forças. (D5)

A greve da UERJ, por sua duração e impacto, foi tida como exemplo para outras esferas e instituições do estado, como citado na fala:

uma referência das diversas greves que estavam acontecendo no estado pois não só nós entramos em greve como também a saúde entrou em greve, a educação estadual de ensino básico entrou em greve, a polícia civil em determinado momento entrou em greve. (D3)

No decurso das entrevistas, salta aos olhos uma mudança significativa na conjuntura de lutas diante da ampliação dos movimentos de enfrentamento ao próprio Estado por parte dos servidores públicos e suas organizações. Para Hobsbawn (2005), deve-se considerar, em uma análise materialista da história, o sentido das mudanças e transformações sociais de caráter estrutural. Desse modo, no plano conjuntural, é válido lembrar que os dilemas da educação superior no Brasil estão absolutamente relacionados com o complexo contexto econômico e político vivido no país. De acordo com Mancebo (2018), desde 2016, o Brasil amargava um golpe, uma ruptura democrática, acompanhada por uma grave crise política, econômica e social, com característica de neoliberalismo extremado, cujo destaque foi o *impeachment* da presidenta

Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016. Para a autora, a onda conservadora com explicitações fascistas eclodiu nas manifestações de 2016 pelo *impeachment* e se manifestou, abertamente, em discursos e atos de intolerância e violência contra as diversidades socioculturais (mulheres, negros, indígenas, homoafetivos), bem como em violência de classe. Ademais, é preciso destacar os ataques a dirigentes universitários, como aqueles ocorridos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Universidade Federal do Paraná (UFPR), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Mancebo, 2018, p. 68). Segundo a autora, desprezaram-se normas básicas do direito como a presunção de inocência e a dignidade da pessoa humana. Sem dúvida, a dramática história recente da UERJ é central para a compreensão crítica da atual situação da universidade pública no Brasil e no capitalismo ocidental.

## 5.2 O COMANDO DE GREVE

Durante uma greve, diversos atores e sujeitos coletivos se destacam. Trata-se de uma dinâmica da própria democracia de organização dos trabalhadores, na qual se manifestam coletivos e organizações de matizes políticos diversos. No caso da greve da UERJ, o CG despontou, seguramente, como uma importante estratégia e sujeito da organização coletiva.

Para Maia (2011), o CG pode se constituir de diversas formas, a saber: como criação do sindicato no decorrer do processo de luta, opondo-se ou não a este; ou como oposição ao sindicato já em sua origem (e durante o processo de luta ser a ele subordinado ou não). Pode-se dizer que a relação do CG com o sindicato não é linear nem padronizada. Assim, entende-se toda greve como um processo original, na qual há consensos, mas também rupturas e surpresas, ou seja, as duas instâncias podem se relacionar de diversas formas durante o período de greve.

Ainda segundo Maia (2011), a principal contribuição do CG é a de possibilitar uma forma de organização democrática com a participação igualitária de dirigentes e dirigidos, sem distinção. Em termos estruturais, o CG é formado por trabalhadores da “base” e/ou da “direção”, em que todos os componentes possuem as mesmas prerrogativas e possibilidades de intervenção, em uma relação horizontal que supera a rigidez e formalidade da direção sindical, mesmo que de alguma forma esteja a ela atrelado.

Uma importante característica para a compreensão do CG é o seu caráter heterogêneo, pois em sua composição coexistem membros de diversas formações políticas, intelectuais,

experiências e opiniões, ao contrário do sindicato, em que uma chapa eleita exige certa homogeneidade que garanta a manutenção da organização:

Quando se constitui o comando de greve, pelo contrário, a possibilidade de uma heterogeneidade se coloca como algo espontâneo. Esta heterogeneidade tende a assumir várias formas: de concepções políticas, de práticas políticas, de formas de ação, de necessidade ou não de existência dos partidos políticos e sindicatos como formas únicas de ação das classes trabalhadoras etc. (MAIA, 2011, p. 67)

Há que se destacar a imperativa característica natural de plena liberdade de um CG, sem cerceamentos a normas e regulamentos institucionalizados, de modo que as ações possam assumir um caráter radical de oposição e luta a um determinado governo. Outra qualidade essencial dos CG nos processos de organização e mobilização dos trabalhadores é a possibilidade de inserção e participação de novos trabalhadores que antes estavam separados do movimento de luta devido ao cotidiano de trabalho, podendo fazer parte da estrutura de participação política pela formação de novos integrantes. Destarte, trabalhadores que possivelmente não cogitavam engajar-se na greve saem do isolamento e passam a integrar o movimento de resistência coletiva. Nessa vertente, o CG favorece o processo pedagógico de formação da consciência política de classe, o que, do ponto de vista da saúde do trabalhador, pode ser visto como uma estratégia coletiva de defesa da saúde (LAURELL; NORIEGA, 1989).

a constituição de um comando de greve é algo muito salutar para o nascimento de uma articulação dentro de um mesmo local de trabalho, de estudo, de moradia, bem como pode expressar uma forma de articulação territorial onde indivíduos e grupos de distintas localidades se encontram para debater e deliberar sobre pautas comuns. (MAIA, 2011, p. 76)

No decurso das entrevistas, algumas falas apontaram para uma importante questão sobre o formato do sindicato. Foi dito que a estrutura do sindicato é feita de forma a admitir pessoas já iniciadas e experientes. Deste modo, o CG, aberto a receber representantes, mostra uma flexibilidade necessária à adesão de novos participantes que porventura não se sintam “preparados” para um movimento de tamanha grandiosidade.

Eu lembro que eu defendia que o comando de greve fosse absolutamente aberto, isso foi defendido a partir de uma primeira reunião, porque chegou a ter a proposta de dois representantes por unidade, enfim, tentar burocratizar a composição do comando de greve. Eu fui uma das pessoas que fui contra. Numa perspectiva de “gente, nós já somos tão poucos”, não vai ter uma loucura de pessoas querendo compor o comando de greve, e foi o que aconteceu. (D4)

A gente via isso pelas próprias assembleias muito cheias, as pessoas iam até as assembleias porque acreditavam que aquele era um espaço de se debater, de se

deliberar, acho que isso é um fortalecimento do sindicato, um reconhecimento do movimento docente como um movimento importante. (D5)

Na mesma linha de entendimento sobre a importância do ingresso de novos participantes no movimento de greve, o estudo de Mattos (2013), que investigou a greve das universidades federais ocorrida entre maio e setembro de 2012, atenta para o aspecto positivo de os CG não terem sido compostos apenas por militantes de longa data (como aqueles participantes das greves dos anos 1980-90 e 2000). Ao contrário, alguns destes participaram, mas havia também muitos novos professores, que pela primeira vez atuaram numa greve docente e que assumiram papel protagonista no processo (MATTOS, 2012, p. 140).

Ademais, conforme assevera Maia (2011), é preciso reconhecer a potencialidade de uma ação grevista não apenas do ponto de vista coletivo, mas também no que concerne à mobilização subjetiva dos trabalhadores. A greve pode suscitar a formação da consciência política e de responsabilidade social com a luta:

há alguns indivíduos que sofrerão, durante o processo de luta, grande transformação psíquica, ao passo que outros um pouco menos e outros ainda há que sairão como entraram, mas não sem antes, pelo menos, terem enfrentado inúmeros debates. A questão fundamental, contudo, a constatar aqui, é que a formação da consciência e seu desenvolvimento estão diretamente ligados à materialidade das relações sociais nas quais o conjunto de indivíduos e grupos sociais estão envolvidos. (MAIA, 2011, p. 75)

Vale dizer que o CG existe apenas enquanto ocorre a greve e pela greve. A greve como um processo temporário de luta, que requer uma deflagração e um final; e com o término, há o retorno das atividades cotidianas. Porém, o fim pode ser visto como o despertar de novos atores na cena política. O retorno ao cotidiano não necessariamente significa o isolamento e o fim dos debates, já que há pessoas que querem continuar juntas, discutindo, agindo e fazendo política por outros caminhos além do institucionalizado. “A tendência é que os mesmos princípios que norteavam a ação durante a greve permaneçam na organização após o término desta” (MAIA, 2011, p. 78).

Pode-se inferir que a existência do CG amplia o debate político dentro da greve, diversificando a estrutura de democracia participativa dos trabalhadores, estando alinhado ou não ao sindicato, e favorece a continuidade dos debates no pós-greve com o surgimento de novas lideranças. Igualmente, possibilita novos modos de defesa coletiva da saúde do trabalhador



### 5.3 OS SENTIDOS DE SAÚDE QUE ATRAVESSARAM A GREVE

Sem dúvida, há muita riqueza a ser explorada em torno dos sentidos do tema saúde devido à sua complexidade social, política e à profusão de significados sob o ponto de vista de quem trabalha. Os diferentes sentidos da saúde são fruto de acontecimentos históricos e de discussões de diversas correntes de pensamento presentes em centros acadêmicos, serviços de saúde, organismos internacionais, entre outros. Tais significados podem ser interpretados por diversos modelos na contemporaneidade como o biomédico ou o da determinação social da saúde. De todo modo, é a partir deste último, em que se privilegia uma forma distinta de investigação para a análise da saúde-doença coletiva enquanto processo social, que, segundo alguns de seus precursores (LAURELL; NORIEGA, 1989), é apreendido no contexto do modo de produção e dos processos de trabalho.

Na presente pesquisa, os entrevistados puderam se colocar livremente a respeito de seu entendimento sobre o que seja a saúde relacionada ao momento vivido durante a greve. É importante frisar que nas reivindicações grevistas não foram identificadas pautas específicas relativas à saúde, portanto o que se coloca aqui são sentidos de saúde que atravessam o estado de greve, e não uma discussão específica a respeito de pautas reivindicatórias ou bandeiras de luta erguidas durante o movimento grevista. Assim, apresentam-se a seguir aquelas categorias e o conjunto de ideias que foram significativas e mais marcantes acerca da saúde.

#### 5.3.1 Projetos de vida e carreira interrompidos

Parece acertado afirmar que, ainda hoje, prevalece um senso comum de que o emprego no serviço público garante determinadas condições de trabalho; uma delas é a segurança de ter vínculo laboral estável, mesmo quando irrompem períodos de crise e incertezas políticas e econômicas, momento em que muitos trabalhadores do setor privado sentem-se permanentemente ameaçados de vir a integrar as estatísticas de desemprego. Não obstante, em qualquer situação de vínculo empregatício, quando a estabilidade no trabalho está ameaçada, também se põe em risco a subsistência e a saúde dos trabalhadores. No decorrer das entrevistas, o sentido de estabilidade no serviço público foi recorrente:

O serviço público, ele tem isso como pressuposto, que você vai entrar ali numa carreira que se você quiser é a carreira com que você vai se aposentar, é a profissão que você vai se aposentar, você vai ascender na carreira, você vai ter oportunidade na carreira. É uma estrada a médio/longo prazo que você vai perseguir, e aí de repente as pessoas ficam sem salário. Então, essa ideia, essa situação de ter projetos de vida

interrompidos teve um efeito de adoecimento, de diversas ordens que nós ainda estamos convivendo. (D1)

Constatou-se a ideia comum segundo a qual ao se inserirem no serviço público, trabalhadores desvencilham-se, definitivamente, da instabilidade e garantem o sustento material e a renda mensal de maneira permanente. No entanto, no contexto da crise, com salários atrasados, professores tiveram de lidar com a ameaça de perderem garantias históricas conquistadas pela classe trabalhadora e a categoria docente. Segundo Castel (2015), a zona de vulnerabilidade alimenta as turbulências que fragilizam as situações conquistadas por trabalhadores e desfazem estatutos assegurados (p. 27). Por certo, sob o capitalismo, a única forma de sobrevivência da classe trabalhadora é viver do próprio trabalho, e como ilustração, Antunes (2009, p. 101) costuma referir-se à classe trabalhadora como “classe-que-vive-do-trabalho”, uma alusão à centralidade material e simbólica do trabalho na vida dos trabalhadores. Assim, a categoria de professores da UERJ teve de lidar, durante a greve de 2016, com a “surpresa” de ficar sem remuneração, sem salário, bem como conviver com a incerteza. Para Ribeiro e Mancebo (2013), um vínculo empregatício estável constitui um dos maiores atrativos para o ingresso e a permanência no serviço público. E, de fato, houve um “contrato social” que foi rompido, suscitando interferência tanto na sobrevivência material individual, quanto no caráter coletivo do trabalho, o que confere uma ameaça à saúde, mas também, contraditoriamente, engendra resistências sociais.

Assim, eu acho que tem várias inter-relações, uma que começou a ficar muito evidente naquela época foi a questão da saúde do docente. Muitas pessoas começaram a ficar doente mesmo porque ficaram sem salário durante muito tempo. (D3)

Nas entrevistas, os docentes estabeleceram diversas conexões interpretativas ao analisarem a saúde no contexto da greve, porém ganhou destaque no ponto de vista dos professores a relação entre a falta de salário e a saúde dos trabalhadores. Para Santos, Jacinto e Tejada (2012), as formas pelas quais a renda afeta a saúde podem ser entendidas pelo seu uso na aquisição de bens e serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde, condições de moradia e de educação. Pode-se acrescentar o acesso às condições básicas de sobrevivência, como alimentação, conforme preconizado pelo conceito ampliado de saúde expresso no texto da Oitava Conferência Nacional de Saúde (BRASIL, 1986).

Durante a greve, a situação dos professores chegou a tal ponto que houve referência, nas entrevistas, à dificuldade de alguns docentes em comparecer aos atos grevistas por falta de condições de arcar com os custos do transporte, e mais grave, houve casos de professores que

pediram exoneração do serviço público estadual. O alto índice de afastamentos docentes (definitivos e temporários) foi um reflexo desse período conturbado, como mostra o atual relatório de gestão da universidade (UERJ, 2019b), que mostra que a universidade atingiu o pico de 2.916 docentes em 2016, mas, devido à crise de financiamento pela qual a universidade passou, teve esse número reduzido para 2.734 até 2019, por aposentadorias e pedidos de exoneração. Quanto aos alunos, foram inúmeros os pedidos de transferência e a queda nas inscrições para o vestibular; para exemplificar, no biênio 2016/2017 foram 80.251 inscritos, em contraste com o biênio de 2017/2018, em que se contabilizaram 37.191 inscrições para o certame (UERJ, 2019b).

As consequências da crise na vida dos docentes não se encerram com a regularidade salarial nem com o fim da greve, como dito por uma docente: “os efeitos desses ataques eu acho que ainda vão perdurar porque foram muitas esperanças, muitos projetos de vida foram abortados” (D1). Dentre os efeitos citados, pode-se mencionar o quadro de adoecimento docente e o déficit do corpo docente, que, apesar de diversos concursos, até hoje se reflete em vagas não preenchidas, muito por conta das dificuldades impostas pelo decreto de calamidade financeira e, também, pelo plano de recuperação fiscal do estado (UERJ, 2019b).

Segundo Graneman (2013), embora haja uma confiança nas prerrogativas inerentes ao trabalho do servidor público, garantidas pela legislação, o ordenamento jurídico por si só não é suficiente para impedir retrocessos no direito dos trabalhadores, considerando que não somente em períodos de crise, mas sob a ordem do capital, todos os direitos dos trabalhadores são passíveis de regressão e de supressão.

### 5.3.2 Adoecimento

Outro tema que aflorou nas entrevistas foi o adoecimento docente, sobretudo na área da saúde mental. Houve relatos de quadro de estresse, ansiedade, depressão e somatizações. Nas falas, os docentes relacionaram o adoecimento a dois fatores: falta de salários e o comprometimento intenso à greve, como exemplificado na fala de D3, quando diz que o adoecimento é:

reflexo de acúmulo de estresse vivido de não receber salário durante muito tempo, então você via muita gente deprimida, gente que se afastava das suas atividades pra se recolher e não conseguia sair de casa por falta de estímulo. E que trouxe a questão do desgaste vivido durante uma greve intensa: quem verdadeiramente se envolve no processo sai destruído e pra gente foi muito duro porque foram cinco meses de uma greve dura e a gente começou a ficar com a saúde debilitada. (D3)

Na fala de D2 a seguir, ganha ênfase a questão das somatizações:

Eu adoeci também, nunca tive pressão alta e nesse período comecei a ter variação de pressão pra alta. Então, fui ver isso e descobrir se tinha algum problema clínico, fiz alguns exames e numa consulta o médico me disse que não havia nenhuma questão clínica que justificasse a pressão alta: “pelo que você conta isso pode ser resultado de um estresse”. (D2)

O docente em tela relata ter adquirido hipertensão, uma doença crônica, em consequência do estresse vivido no período de greve. As situações de forte pressão se deveram aos atrasos de salários e à participação na greve, que geraram expectativas e sofrimento no trabalhador. Para Laurell e Noriega (1989), o estresse é a maneira de se colocar o organismo em alerta, mobilizando-o para “fugir ou lutar diante de um perigo”, porém, sua repetição frequente ou sua conversão em estresse crônico transforma-se num processo destrutivo de uma série de estruturas e processos corporais, sendo o processo de adaptação talvez mais característico da sociedade capitalista.

Merece atenção também o caso do docente que se desligou do sindicato após a greve, demonstrando que o processo intenso de atividade política teve repercussões em sua saúde, de modo que optou por se afastar das lutas de forma oficial depois de ter exercido a direção sindical por seis anos; certamente como um modo de preservação da saúde.

E eu cheguei ao ponto crítico que como isso estava me fazendo muito mal, inclusive na saúde, eu me desliguei, eu saí do sindicato, não como um movimento político, mas como uma decisão para preservar minha saúde. (D2)

Algo parecido emergiu da fala de outro professor, quando relatou a opção de alguns docentes de não se envolverem com o movimento grevista para se pouparem de um desgaste emocional maior.

Se você se desliga, foi opção de alguns colegas, e se desliga um pouco desse contexto, você por um lado suprime algumas angústias e ansiedades que você está vivendo aqui no dia a dia. (D3)

Pode-se notar que a questão do adoecimento é envolvida por mecanismos de autodefesa do trabalhador (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994). Mancebo (2017) estudou a mesma greve do ponto de vista dos trabalhadores terceirizados e identificou que mesmo nos momentos mais dramáticos de toda essa história – como foi o caso das demissões em massa –, os trabalhadores terceirizados continuavam a agir “como se nada estivesse ocorrendo”. Este

movimento de autodefesa, talvez, de alguma forma evitava o adoecimento, ainda que o sofrimento psíquico se fizesse presente.

Na prática, os entrevistados mencionaram casos de professores que se afastaram do movimento coletivo logo após a greve, bem como casos de docentes que evitaram envolvimento ainda no decorrer da greve. Estes relatos exprimiram a intenção de resguardar a saúde física e psíquica como formas de resistência individual. Tornou-se claro o quanto participar de um movimento grevista pode originar um quadro de desânimo e desgaste. Todavia, deve-se considerar a ambivalência de sentimentos e visões, já que houve relatos de interpretação da greve como ação necessária e a maneira mais eficaz de conquista de direitos de cunho coletivo.

### 5.3.3 Saúde como luta coletiva

A luta coletiva como estratégia de saúde é um dos pressupostos desta pesquisa; tema que apareceu nas falas dos entrevistados numa perspectiva de contradição, isto é, a greve como algo não desejado, desgastante, porém necessário e que traz ganhos não só do ponto de vista das conquistas materiais, mas de fortalecimento de laços de proximidade e de visibilidade social.

A maioria das pessoas que eu conheço na UERJ hoje são pessoas do movimento grevista porque são laços e amizades que se constituíram em função de eu estar participando de uma luta coletiva. Então, acho que se você participar de um movimento grevista por um lado é ansiogênico, mas por outro também você cria esses vínculos. Quando você está fora, como opção das pessoas que escolhem se desligar, acredito que não tem essa ansiedade tão forte, mas por outro lado não tem os vínculos de suporte em que você vê que estão todos no mesmo barco e aquela coisa não tá sendo pungente só pra você. (D3)

Fazer parte de um movimento grevista, sobretudo na condição de CG, possibilitou aos docentes estabelecerem vínculos de solidariedade e companheirismo, o que em situações normais no cotidiano de trabalho intensificado e em isolamento não ocorreria. A valorização do coletivo se dá a partir do reconhecimento e da consciência coletiva de que há uma situação de ataque à universidade pública que afeta a todos, e o docente se reconhece como pertencente a um coletivo que está submetido à mesma situação de precarização e desmonte da educação pública.

Oliveira (2017), ao pesquisar movimentos de greve docente em São Paulo, observou situação similar, quando afirma que ora os sujeitos revelam, na prática da ação política, vitalidade para a resistência, ora se manifestam contrariados e discordantes sobre greves e

manifestações. Segundo a autora, a “contradição” consiste em um aspecto categórico sempre presente nesta discussão, o que enriquece o debate.

Ver a força que a gente tem enquanto coletivo, mesmo com toda essa exaustão, mesmo com essa dificuldade a gente consegue criar coisas tão potentes, faz a gente acreditar que tem caminho. É duro, mas tem caminho, na construção coletiva e das conquistas e dos ganhos. Um amadurecimento muito grande, pessoal, meu, de uma saúde mental também, psicológica, emocional, aprender a lidar com as coisas num outro tempo. (D5)

Dejours e Bègue (2010), assim como Antunes e Praun (2015), comentam que quando se substitui a competitividade e o isolamento nas instituições por cooperação e solidariedade, os indicadores de saúde terão alguma chance de serem revertidos. Nesse escopo de interpretação, o sindicato constitui-se como sujeito coletivo e protagonista com potencial de estimular e resgatar vínculos entre os trabalhadores – de sorte a construir a defesa da saúde sob o prisma coletivo.

#### 5.3.4 Saúde como normalidade da vida

A militância política e a participação sindical em uma greve que durou dois anos exigiu investimento integral de tempo dos professores, o que significa entrega pessoal e muita disposição para constituir a luta, em especial, do grupo de lideranças e do CG. A rotina desses docentes passou a formar uma densa agenda política, composta de reuniões, atos públicos e negociações permanentes, sem certeza de conquistas ou final exitoso. Nesse contexto, a quebra de parâmetros habituais de vida, diante do afastamento das rotinas anteriores à greve, tanto do ponto de vista privado como de trabalho, foi notada nas falas, acompanhada do desejo pela volta à “normalidade”.

As pessoas saíram muito traumatizadas de ficar sem salário, de não ter condições de trabalho, de não ter condições de vida e as pessoas querem normalidade, mesmo a situação não sendo ideal, não sendo boa, o parâmetro anterior era tão ruim que as pessoas querem acreditar que essa é a normalidade que elas querem se apegar e eu compreendo isso como uma questão psicológica de sobrevivência e de saúde. (D5)

Com o fim da greve, as atividades sindicais se esvaziaram, fenômeno percebido ainda no fim de 2019:

Depois das três greves a gente até hoje não se recuperou de recompor o movimento docente sindical nessa universidade. (D5).

Salta aos olhos nas falas dos entrevistados o desgaste sofrido no âmbito do movimento de lutas sucessivas. Como se percebe na fala a seguir, os docentes se permitiram descansar, “tomar fôlego” e retornar à normalidade como uma questão também de saúde.

Há o esvaziamento que não significa que não se sentem mais representadas, mas é aquele suspiro, aliviar, me permito ficar “de altos” agora porque eu preciso desse tempo, me apegar à normalidade, então após a greve a gente percebe esse esvaziamento das pessoas querendo viver a sua vida normal. (D5)

Para Dejours (1999), a normalidade não é fruto do conformismo ou de adequação à dominação social, pelo contrário, é o resultado das lutas que envolvem as pressões no trabalho. Portanto, pode-se dizer que a normalidade resulta de uma composição entre o sofrimento e a luta (individual e coletiva) contra o sofrimento no trabalho, na busca de uma estabilização psíquica. Vale lembrar que em uma das falas a docente relaciona o fim da greve ao cansaço e à desmotivação do corpo docente, fato que ocorreu no fim de 2016. Assim, o desejo pela normalidade da vida implica retornar à rotina de trabalho e, portanto, encerrar a greve, a ponto de “as pessoas se sentirem desacreditadas e quererem trabalhar e quererem outras questões de normalidade da vida” (D5).

### 5.3.5 O Hospital Universitário

O Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe), como parte integrante da UERJ, apareceu na fala dos docentes. Este hospital presta serviços de saúde à população, além de ensino e pesquisa. Nas referidas greves, houve a adesão dos docentes e técnicos administrativos do Hupe, o que acarretou alteração na prestação de serviços do hospital, que já vinha sofrendo com a falta de verba. Os docentes entrevistados entenderam que, nesta relação entre greve e saúde, era importante trazer a questão da continuidade da oferta de serviços e das pesquisas realizadas no Hupe. Vale lembrar que o ato que inaugurou a greve, em 2016, foi uma manifestação em frente ao hospital, contra a privatização do mesmo, além de outras pautas.

Eu acho que na questão da UERJ, tem uma questão muito relacionada à saúde pública até porque o nosso hospital aqui é um hospital grande no sistema público de saúde, então o hospital parou e em diversos momentos muitos serviços pararam. (D3)

A questão da interrupção dos serviços do Hupe é também sinalizada por Mancebo (2017), que em sua pesquisa menciona a situação do hospital como uma das mais dramáticas, haja vista que, sem recursos devido à crise, o hospital chegou a reduzir seus mais de 500 leitos

para apenas 92, prejudicando a formação de alunos com a diminuição de aulas práticas e, principalmente, do atendimento à comunidade. Além da prestação de serviços, foi apontada a importância das pesquisas conduzidas no complexo hospitalar:

Então pra mim, quando eu penso em greve é: “Cara, como é que eu vou conseguir o meu laboratório, manter as minhas atividades que são diretamente ligadas à saúde?”. Eu acho que a princípio eu penso isso. (D4)

O docente D4, sendo professor de graduação e do programa de pós da área biomédica, sofreu diretamente a dramaticidade da paralisação do trabalho no período da greve, pois desenvolve pesquisas clínicas em laboratório e depende de equipamentos, reagentes, entre outros insumos. Relatou que teve de lidar com o aprofundamento da precariedade das condições de trabalho e que, com a greve, não pôde parar sua pesquisa, caso contrário, seriam perdidos anos de avanços nos estudos empreendidos, o que, certamente, teria um impacto direto nas prestações de serviços à população.

#### 5.4 A PEDAGOGIA DA GREVE

Uma das questões que se sobressaíram no diálogo com os docentes se refere, precisamente, ao aprendizado da greve. É sabido que o processo de ensinar e aprender faz parte do cotidiano da docência, porém como seria o aprendizado num processo de greve? Ou mais, o que se aprende numa greve? O docente se vê numa condição de aprendizado? Sabe-se que o aprendizado é uma condição humana, tal qual preconizado por Paulo Freire.

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em que aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito. (FREIRE, 1996, p. 41)

Nesse sentido, pode-se compreender o processo de aprendizado para além do espaço de sala de aula, e tendo em conta que a luta por direitos está diretamente associada à prática docente, tanto o cotidiano da docência quanto um período de greve estão permeados por sonhos, utopias e ideais, pois ambos possuem plicitude, qualidade que tem a prática educativa de ser política e não neutra, conforme Freire (1996).

Há também que se considerar as teses procedentes da tradição do materialismo histórico, nas quais ganha relevo a discussão sobre a dimensão educativa dos movimentos sociais. Trata-se da concepção de práxis em Marx, como produção da história e transformação do mundo;



uma visão mais alargada de educação, haja vista que educação é mais do que escolarização. De acordo com Caldart (2009), a luta social e a organização coletiva constituem-se como matrizes formadoras de uma educação de caráter emancipatório.

Algo que apareceu bastante nas falas foi a percepção de que, a partir de toda a conjuntura adversa, como corte de salários, o docente se reconheceu como um trabalhador, o que até então poderia estar maquiado mediante o *status* da carreira de docente universitário.

Acho que se rompeu em 2017 uma certeza que nós trabalhadores das universidades tínhamos em relação aos nossos direitos enquanto servidores. Um é a estabilidade que a gente sabe que está em risco e o outro era a certeza do salário. A gente podia estar com o salário atrasado, mas a gente não ia ficar sem salário. Interessante essa experiência porque nos permitiu ver que nós somos trabalhadores como qualquer trabalhador, né? (D1)

Nesta fala o docente entrevistado expõe uma questão que foi recorrente durante a pesquisa: o reconhecimento do docente como trabalhador, tendo este reconhecimento sido facilitado pelo processo de participação no movimento grevista. No trecho destacado, D1 associa este reconhecimento a duas condições: a ameaça à estabilidade garantida pelo serviço público e a garantia de renda. A estabilidade no serviço público, garantida pela Constituição de 1988 confere ao servidor a permanência no trabalho, sem que possa ser demitido por interesses políticos ou econômicos, e com isso, o servidor passa a ter uma segurança de que todo mês terá uma renda garantida, mesmo em momentos de crise. Embora a estabilidade não tenha sido alterada, e a questão da demissão de servidores não tenha sido relevante nesse período, os salários chegaram a ficar atrasados, colocando o docente numa situação material limite, de confrontação com suas necessidades básicas de sobrevivência. Assim, o que se pode extrair da fala do docente é que a consciência de classe emerge da experiência de luta. Para Mattos (2019), a classe trabalhadora se caracteriza por ser aquela que vive da venda de sua força de trabalho, por meio, primordialmente, do assalariamento:

os que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, adquirem, na experiência comum da exploração a que estão submetidos, a consciência da identidade entre seus interesses, que se opõem aos interesses de seus exploradores, e no bojo deste conflito (a luta de classes), constroem sua consciência de classe. Os valores, discursos e referências culturais que articulam tal consciência, entretanto, não surgem do nada. Desenvolvem-se a partir da experiência da exploração e das lutas de classe anteriores. (MATTOS, 2007, p. 3)

Além da condição de assalariamento, que é dada a cada trabalhador individualmente, também foi destacada a forma como o trabalhador se reconhece na relação com outras categorias de trabalhadores, ou seja, uma identificação coletiva.

Um dos argumentos que eu usei pra entrar em greve foi que isso não atinge especificamente uma categoria de trabalhador, isso atinge a classe trabalhadora, né? É um trabalhador que está do meu lado, eu entro no elevador e sei que aquele trabalhador não está recebendo seu salário, eu uso uma sala de aula que é limpa por um trabalhador que não está recebendo seu salário pelo trabalho que ela está fazendo, então não é questão de solidariedade, é sentimento de classe, nós somos trabalhadores, estamos sendo atingidos por isso também. (D2)

A fala refere-se a um momento em que trabalhadores terceirizados estavam sem salários ou tinham sido demitidos e os estudantes estavam sem o pagamento de bolsas. O docente entrevistado, por sua vez, considera que sua identificação enquanto trabalhador partiu da conclusão de que também estava sendo atingido, pois os serviços na universidade foram prejudicados para todos; e de que a situação de não pagamento de salários poderia se estender a outros profissionais, o que de fato aconteceu posteriormente. Portanto, há um reconhecimento a partir da condição do outro, em que as diferenças parecem se dissolver, e ocorre uma identificação a partir da situação material e concreta que envolve os trabalhadores, que é a ausência do salário e a precariedade das condições de trabalho; com isso, a greve ensina os trabalhadores a se unirem. A esse respeito, Lênin diz que a greve ensina os operários a compreenderem onde repousa a força dos patrões e dos operários; a pensarem não só em seu patrão e em seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda a classe operária (LÊNIN, 1899).

Outra questão importante relativa ao aprendizado, mencionada pelos entrevistados, foi a necessidade de ter que lidar com as diferenças que permeiam todo ambiente universitário. Lembrando que o cotidiano da prática docente é muitas vezes individualizado e os momentos de luta e decisões, como num CG, requerem um diálogo aberto.

[...] tem o aprendizado de que a universidade é uma multiplicidade de posições, de situações, de pertencimentos de classe, de opiniões, de vivências, de experiências, então que ela tem que ser um exercício de democracia, de convivência com o diferente. Então a gente teve assembleia com 500 pessoas, que a gente teve que fazer um trabalho de ouvir. (D1)

A fala do docente reconhece a universidade como um espaço heterogêneo em que a multiplicidade de posições e opiniões faz parte do debate e da construção da democracia necessários num período de greve. Nesse sentido, foi citada nas entrevistas a grande adesão dos trabalhadores às assembleias; e, para lidar com tamanha diversidade, o docente comenta a

importância de ouvir. Vale frisar que não há só a necessidade de ouvir, mas de dar voz, de estabelecer uma relação horizontal. Escutar obviamente vai além da possibilidade auditiva de cada um; no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente, por parte do sujeito que escuta, à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro (FREIRE, 1996).

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando dos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele. (FREIRE, 1996, p. 71)

Acho que eu aprendi também dentro dessa gestão da Asduerj desse período, houve um respeito muito grande em relação às diferentes correntes políticas que faziam a composição do comando de greve. [...] Eu aprendi muito também enquanto uma figura que sou professor de uma unidade muito elitizada, muito reacionária, a como dialogar com essa categoria que eu tentava fazer essa ponte. (D4)

Foi muito aprendizado de conviver com pessoas diferentes [...] porque a gente tinha que tomar decisões e definir os rumos do nosso movimento e isso não é fácil, às vezes ganha, às vezes perde e faz parte. Nesse processo de ganhar e perder, continuar seguindo com as deliberações do coletivo, então lidar com essas diferenças num momento que você está tão à flor da pele é muito difícil. (D5)

A heterogeneidade não é só na universidade em si, mas na própria direção do movimento docente. O CG era composto por representantes de diversos departamentos/unidades, o que evidenciou suas diferentes posições políticas, mas houve uma busca para a composição da diversidade de modo que a universidade de fato estivesse representada na figura de um CG plural; com isso, permanece a dificuldade de lidar com o “diferente”, porém esta é necessária e proporciona aprendizados. O docente entrevistado afirmou fazer parte de uma unidade muito elitizada, onde a aposta na greve como uma possibilidade de mudança precisou ser trabalhada por meio do diálogo; e enxergou na sua posição como componente do CG também uma possibilidade de ser ouvido, por ser alguém de dentro da unidade.

## 5.5 SIGNIFICAÇÕES DA GREVE: UERJ RESISTE E EXISTE

Na linha cronológica dos fatos, constata-se que o movimento nasceu antes do estado de greve, a partir da criação da página do Facebook #UERJResiste em 28 de janeiro de 2016 (TROPANO, 2019, p. 7). Foi concebido como um movimento social atuante em rede, desenvolvendo um importante papel na divulgação da situação da universidade e de

significativa influência na opinião pública. A criação desta página se deu como proposta do Conselho Diretor do Sindicato (Asduerj) e se fez presente como principal estratégia de mobilização e comunicação durante todo o período de greve, tanto na grande mídia como nas redes sociais – que hoje possuem um importante espaço político de disputa de narrativas. A “marca” UERJ Resiste esteve presente não só nas mídias, mas nos eventos culturais, manifestações e feiras que ocorreram no período de greve, e teve grande importância na criação de um sentido de coletividade, que uniu toda a comunidade acadêmica (além da sociedade e ex-alunos); e tornou-se não só a marca de um período de greve, mas permanece presente ainda hoje no cotidiano acadêmico. Assim sendo, é importante descrever como se deu este movimento e sua importância no período da greve.

O “UERJ Resiste” nasceu no âmago da crise. A expressão de “resistência”, nesse contexto, denota a luta contra o fencimento da instituição e de seus trabalhadores; a luta pela manutenção dos direitos ao trabalho e pela existência, como nas palavras da docente, que se refere à greve como um período repressivo e recessivo:

mas a conjuntura que a gente tá vivendo e a conjuntura da crise do estado do Rio de Janeiro, né, é uma conjuntura tão recessiva e tão repressiva que essas greves elas tiveram um caráter de resistência mesmo. Acho que não é à toa que gente escolheu o “UERJ Resiste”. [...] Então ela foi uma greve, acho, que unificou a universidade, que unificou segmentos, mas unificou também grupos que são opostos politicamente, que têm visões de universidades diferentes, mas que estavam unificados porque era uma defesa contra um ataque muito frontal. (D1)

O que se pode notar é uma universidade que resistiu para existir, pois as condições mínimas para o funcionamento estavam ameaçadas, tais como: a recuperação de um calendário de pagamentos que estavam atrasados e a manutenção de condições estruturais básicas de funcionamento como limpeza e conservação geral. Tratava-se de um período de conjuntura nacional muito adverso, no qual as greves no país passaram por uma mudança qualitativa com a ampliação das reivindicações de caráter defensivo, isto é, as greves por aumento salarial deram lugar a greves contra a austeridade e perda de direitos.

Nas palavras da docente, fica claro que, mediante um “ataque” desta proporção, houve uma certa unanimidade, em que setores e posições diversas puderam se manter unificados. O movimento “UERJ Resiste” parece ter sido o elo necessário para unir diferentes segmentos em prol da universidade. Uma identidade abrangente, que foi além das especificidades contidas nas diversas categorias de trabalhadores. Pode-se ver esta “marca” ou “slogan” como uma colaboração na formação de identidade que agrega forças num momento de greve.

a categoria docente é complexa, de natureza complexa, a universidade é uma estrutura complexa e a greve é sempre uma situação de muita fragilidade do trabalhador. Embora seja contraditório, é a única força que o trabalhador tem. É o único dispositivo de força garantido constitucionalmente que o trabalhador tem, mas é sempre num momento em que ele está muito fragilizado. (D2)

eu viajo pra outras universidades, vou pra evento etc., e a luta docente da UERJ é uma referência, a marca “UERJ Resiste”, essas coisas, eu acho que fortaleceram muito a nossa categoria, apesar dos ganhos objetivos não terem sido tão concretizados tão rápido como nós imaginávamos. (D4)

As falas apontam para importantes contradições suscitadas no cerne de um movimento de greve: fragilidades e baixa de autoestima derivadas da desvalorização do trabalho, e ao mesmo tempo, exige-se empenho, tomada de decisões e, portanto, força pessoal e coletiva capaz de sustentar o trabalhador e o movimento. Os entrevistados relataram que o CG precisou usar da criatividade e variedade nas atividades de mobilização para que as pessoas pudessem se manter ativas no movimento. Tinham que lidar com a questão material (sem salário) e com questões subjetivas, como, por exemplo, cansaço e desânimo.

Teve atividade no Museu do Amanhã, na Praça Mauá e feiras que a gente fazia na rua. Era muita coisa, era isso, a gente precisava se manter em movimento e inventar coisas novas pra fazer, pra animar as pessoas pra luta, pra elas não desistirem da luta, né, e também furar o bloqueio da mídia pra chegar nas pessoas. (D5)

Nota-se que o movimento “UERJ Resiste” se firmou como um instrumento de força e ânimo ao unir estratégias políticas de classe a uma identidade institucional. Esta força pode ser interpretada como amplo movimento de coesão da comunidade acadêmica e do reconhecimento e valorização da luta em outras universidades e instituições, criando um movimento de trabalhadores de referência nacional.

Observa-se que, embora as conquistas da greve não tenham correspondido às expectativas iniciais do movimento, ou não ocorreram no momento esperado, alguns êxitos obtidos ultrapassam o campo pragmático de atendimento às pautas e reivindicações feitas ao governo. Pode-se afirmar que a crise e a greve possibilitaram, paradoxalmente, o fortalecimento da universidade como um todo, o que pode ser visto como uma importante conquista e que se encontra registrada e contada pela própria instituição:

O enfrentamento da crise, sob o lema “A Uerj resiste”, constituiu uma bandeira, entre lutas, convicções e perseveranças. Uma mirada de longo prazo permite apreender uma Universidade pujante, que se tornou referência nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão. A Universidade segue o seu curso, renovada e revigorada, na perspectiva dos novos desafios a enfrentar. (UERJ, 2019c, p. 58)

O *slogan* “UERJ resiste” foi um instrumento de mobilização por colaborar com um sentimento de coletividade institucional. Esse processo também pode ser interpretado, como visto anteriormente, como um processo pedagógico de formação do sujeito coletivo, cuja matriz é o próprio movimento como princípio educativo (CALDART, 2009; GRAMSCI, 2004). Importa considerar ainda que esse movimento, sob a liderança de sindicatos e coletivos de trabalhadores, contribuiu para a consolidação de valores e estratégias políticas de classe, tais como a democracia de base, a participação e a solidariedade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz dos preceitos da determinação social do processo saúde e doença e, ainda, do aporte da medicina social latino-americana, compreende-se a saúde dos grupos humanos em sua totalidade histórica e complexidade social, ou seja, neste estudo apreendeu-se a situação dos docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) num período de greve, estabelecendo conexões entre o contexto social e a estrutura político-econômica.

Inicialmente, o principal objetivo do presente trabalho foi analisar a greve ocorrida na UERJ especificamente no ano de 2016, porém, no decorrer do trabalho de campo e da análise dos materiais, nos deparamos com a imagem de um movimento que se desenrolou de forma processual, em um período de tempo mais extenso e intenso. A luta contra os efeitos da crise do Estado, se deu com diversos avanços e retrocessos ao longo de cerca de dois anos; tais efeitos a princípio atingiram os trabalhadores com vínculos mais frágeis e foram se expandindo a ponto de toda a comunidade acadêmica encontrar-se em situação de vulnerabilidade e incerteza.

Nesse sentido, apesar do foco da pesquisa ser direcionado ao trabalhador docente, verificamos que o CG sempre fazia menção às outras categorias, ou à universidade como um todo, mostrando uma forte significação de unidade social e de renovação do próprio sentido de “universidade”. As narrativas mostraram uma luta que foi além das reivindicações por pautas salariais e de carreira, mantendo-se ativa na defesa da própria universidade pública. Assim, apesar das diferenças e conflitos relatados, o movimento manteve-se resistente em meio aos contínuos ataques políticos e da crise que suscitou a fragmentação do trabalho e da vida.

Quanto aos resultados específicos dos sentidos de saúde relacionados à participação dos docentes que estiveram à frente do movimento, observaram-se contradições que sugerem produção de saúde, bem como formas de adoecimento e mal-estar coletivos. De um lado, constatou-se uma força construída coletivamente e uma identidade política no grupo, além de o movimento ter proporcionado aproximações entre docentes pertencentes a grupos acadêmicos distintos e laços gerais de solidariedade e companheirismo, o que no cotidiano da docência não seria possível. Por outro lado, verificaram-se queixas referentes à saúde mental e a doenças psicossomáticas influenciadas pela intensidade e pela imprevisibilidade dos rumos do movimento. Nesse sentido, os docentes ensejavam êxito na luta, mas também o retorno à rotina “normal” de vida.

No plano da luta política, interpreta-se que o movimento se manteve na defesa dos direitos históricos conquistados pela categoria. Contudo, na visão dos entrevistados, elencaram-se diferentes significados a respeito das “conquistas da greve”. Destarte, houve relatos segundo

os quais não se vislumbrou o alcance de conquistas; em outros pontos de vista, entendeu-se terem ocorrido conquistas no plano prático e material, como a obtenção da Dedicção Exclusiva (DE) docente. Ademais, confirmou-se a perspectiva de que as conquistas também estão no plano político-ideológico e subjetivo, como a identificação do docente enquanto trabalhador e, portanto, suscetível a perdas de direitos que exigem, permanentemente, luta e resistência. Uma assertiva comum entre os entrevistados foi aquela que reconhece a influência e o êxito do movimento “UERJ Resiste”, sobretudo perante a mídia e a população. Apesar dos diversos pontos de vista, a greve foi vista, de forma prevalente, como único instrumento capaz de alterar a correlação de forças com o Estado e os interesses econômicos contra a universidade pública. Não obstante, fica o questionamento: uma greve com caráter majoritariamente ofensivo teria alcançado respostas e conquistas diferentes ou impactos distintos sobre a saúde do trabalhador?

Entende-se que analisar a situação de fragilidade do trabalhador em um contexto de crise é objeto importante dentro do campo da Saúde do Trabalhador, pois nas soluções apresentadas pelo estado para a superação da crise, subordina-se cada vez mais o trabalho aos interesses do Capital. Representado na figura do Estado, o Capital, ao buscar saídas para alavancar o crescimento econômico, adota medidas que desprezam o serviço público, seus trabalhadores e as políticas sociais. Como exemplo, pode-se citar a Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016b), que congelou os investimentos na educação (além de outros setores) por 20 anos em todo o país.

Em termos históricos, o trabalho docente e a educação como um todo vêm desde os anos 1990 passando por diversas reformas, como cortes no orçamento e medidas de privatização, procurando atender à lógica de organismos internacionais. No caso emblemático da UERJ, os trabalhadores se viram numa situação adversa sobreposta, isto é, de desproteção social de direitos em cenário de crise político-econômica. A sensação após o fim das greves foi de “retorno à normalidade”, de poder “ficar de altos” com a retomada do vestibular, a regularização de salários, bolsas e orçamento da universidade. Porém, neste ínterim, num plano mais geral, a ofensiva aos trabalhadores permaneceu, por exemplo, com a aprovação da reforma da previdência, que atinge diretamente o servidor público. Além disso, o futuro próximo aponta para novos desafios, relacionados a novas crises que serão agravadas com a atual pandemia do coronavírus.

Trata-se de um cenário de sobreposição de crise financeira e sanitária, mediante a aprovação de leis de calamidade pública, a saber: até o mês de dezembro do corrente ano, vigora a calamidade pública financeira, e sobreposta a esta, até setembro, vigora o estado de calamidade sanitária. Vale lembrar que o termo “calamidade pública” foi criado para situações



de desastres naturais, portanto, desde março de 2016, o Rio de Janeiro vem operando em situação de excepcionalidade, tendo o próprio estado não alcançado a sua “normalidade”. Há pouco, o governo estadual, como contrapartida ao socorro recebido pela União, aceitou o congelamento de salários e a interrupção de contagem de tempo para o pagamento de triênio e licença-prêmio e, paralelo a isso, chegou a cogitar que a partir do mês de agosto haveria dificuldades em cumprir a folha de pagamento. É certo que os desafios permanecerão, mas também a resistência dos trabalhadores.

Entende-se com Gramsci (2004) que os movimentos de trabalhadores são capazes de desenvolver a solidariedade orgânica de classe, a partir de experiências vivas e fecundas de coletivos que lutam contra o capitalismo e suas formas de opressão. No sofrimento e no sacrifício, a classe trabalhadora continua afirmando seu poder e sua liberdade criadora da história.

Por fim, espera-se que a presente dissertação colabore para o conhecimento, o debate e a reflexão acerca da realidade de trabalhadoras e trabalhadores da UERJ, valorizando seu protagonismo e poder de transformação.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, set. 2015.

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ASDUERJ. **História da associação**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.asduerj.org.br/index.php/80-historia-da-associacao/388-nota-conjunta-a-comunidade-da-uerj>. Acesso em: 3 out. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 2016.

BOITO JR., A. Classe média e sindicalismo. **Rev. Politeia: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p. 211-234, 2004.

BRASIL. Decreto 45.692, de 17 de junho de 2016. Decreta estado de calamidade pública, no âmbito da administração financeira do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, 17 jun. 2016a. p. 1.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 15 dez. 2016b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 3 jan. 2019.

BREILH, J. Una perspectiva emancipadora de la investigación e incidência basada en la determinación social de la salud. *In*: EIBENSCHUTZ C.; TAMEZ S.; GONZÁLEZ, R. **Determinación social o determinantes sociales de la salud?** México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2011.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, jun. 2009.

CANDIDO, M. R.; CAMPOS, L. A. Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres. **Blog DADOS**, 14 maio 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2015.

CASTORIADIS, C. **Encruzilhadas do labirinto IV**: a ascensão da insignificância. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2002.

CHAUÍ, M. Sobre o direito à preguiça. *In*: NOVAES, A. **Mutações**: elogio à preguiça. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2012.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, dez. 2003.

BRASIL. CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 8., 1986, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF, Ministério da Saúde, 1986.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga as Resoluções CNS nos. 196/96, 303/2000 e 404/2008. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 59-62, 13 jun. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 510, de 7 abril de 2016. Ética na pesquisa na área de ciências humanas e sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2016.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, C., BÈGUE, F. **Suicídio e trabalho**: o que fazer? Sobradinho (DF): Paralelo 15, 2010.

DIIESE. **Balanco das greves de 2016**. São Paulo, ago. 2017. (Estudos e Pesquisas, nº 84). p. 2-7. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2016/estPesq84balancogreves2016.html>. Acesso em: 3 jan. 2019.

EXTRA. **Governo do Rio abriu mão de R\$ 8,8 bilhões em isenções em 2016**. Rio de Janeiro, 7 abr. 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/economia/governo-do-rio-abriu-mao-de-88-bilhoes-em-isencoes-em-2016-21175389.html>. Acesso em: 02 jan. 2019.

FONTES, V. Capitalismo, crises e conjuntura. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0409.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2019.

FRANCO T. A centralidade do trabalho na visão da psicodinâmica do trabalho de Dejours. **Caderno CRH**, [s. l.], v. 17, n. 41, p. 309-321, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GARCÍA, J. C. A categoria trabalho na medicina. *In*: NUNES, E. D. (Org.). **Pensamento social em saúde na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 100-124.

GOMES, D. C.; SILVA, L. B.; SÓRIA, S. Condições e relações de trabalho no serviço público: o caso do governo Lula. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 167-181, jun. 2012.

GOMEZ, C. M. campo da saúde do trabalhador: Trajetória, configuração e transformações. *In*: GOMEZ, C. M.; MACHADO, L. M. H.; PENA, P. G. L. (Orgs.). **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. **Conselhos de fábrica**. Tradução: Marina Borges Svevo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRANEMAN, S. Previdência social: da Comuna de Paris aos (falsos) privilégios dos trabalhadores. *In*: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.). **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 107-123.

HANDCOCK, M. S.; GILE, K. J. On the concept of snowball sampling. **Sociological Methodology**, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 367-371, Aug. 2011.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, São Paulo, 2016.

HOBBSBAWN, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOBBSBAWN, E. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LACAZ, F. A. C. **Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical**. 1996. 432 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1996.

LAURELL, A. C; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.

LÊNIN, V. I. **Sobre as greves**. [S. n.]: 1899.

LIMA, A. M. Brasil, o ornitorrinco esquizofrênico conservador: Notas críticas sobre a crise econômico-política atual. **Rev. Pegada**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 4-36, dez. 2016.

LUZ, M. T. Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 39-57, jun. 2005.

MAIA, L. O significado político do comando de greve. Ver. **Enfrentamento**, Goiânia, ano 6, n. 10, 2011.

MANCEBO, D. O golpe de 2016 e os impactos para a educação superior brasileira. **Revista Educação em Questão (Online)**, [s. l.], v. 56, p. 62-84, 2018.

MANCEBO, D. Trabalho terceirizado e universidade pública: uma análise a partir da UERJ. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, n. 44, p. 159-174, 2017.

MANCEBO, D.; SANTA MARIA, L. C. Uerj resiste. **ANPED**, Rio de Janeiro, 3 ago. 2016. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/uerj-resiste>. Acesso em: 5 fev. 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. A. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1986.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Abril cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores).

MARX, K. A produção de mais-valia absoluta: processo de trabalho e processo de valorização. In: MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983a. (Livro 1, seção 3, cap. 5).

MARX, K. A produção de mais-valia relativa. In: MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983b. (Livro 1, seção 3, cap. 5).

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019. (Coleção Mundo do Trabalho).

MATTOS, M. B. Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais [...]**. São Leopoldo, 2007.

MATTOS, M. B. Uma greve, várias lições. A greve das universidades federais no Brasil em 2012. **Rev. Iberoamericana de Educación Superior**, México, v. 4, n. 10, p. 135-142, 2013.

MAUÉS, O. A reconfiguração do trabalho docente na educação superior. **Educar em Revista**, Curitiba, n. esp. 1, p. 141-160, 2010.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-349, out. 1991.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A. Construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 13, supl. 2, Rio de Janeiro, 1997.

ODDONE, I.; MARRI, G.; GLORIA, S. **Ambiente de trabalho**: a luta dos trabalhadores pela saúde. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, M. E. Precarização e resistência docente: memórias de greves e crise de mobilização na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. **Izquierdas (Santiago)**, Santiago, n. 35, p. 287-317, set. 2017.

PAIVA, M.J.; VASCONCELLOS, L.C.F. Modelo Operário Italiano: o surgimento do campo da saúde do trabalhador. *In*: VASCONCELLOS, L. C. F.; OLIVEIRA, M. H. B. (Org.). **Saúde, trabalho e direito**: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória. Rio de Janeiro: Educam, 2011. 598 p.

RIBEIRO, C. V. S.; MANCEBO, D. O servidor público no mundo do trabalho do século XXI. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, DF, v. 33, n. 1, p. 192-207, 2013.

RODRIGUES, A. M. S.; SOUZA, K. R. Trabalho e saúde de docentes de universidade pública: o ponto de vista sindical. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 221-242, abr. 2018.

SANTANA, M. A.; DRUCK, M. G. Terceirização e degradação do trabalho nas universidades brasileiras. **Margem Esquerda**, São Paulo, v. 25, p. 52-57, 2015.

SANTOS, A. M. A.; JACINTO, P. A.; TEJADA, C. A. O. Causalidade entre renda e saúde: uma análise através da abordagem de dados em painel com os estados do Brasil. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 229-261, jun. 2012.

SILVER, B. J. **Forças do trabalho**: movimentos trabalhistas e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

SOBRAL, B. L. B. Crise no estado do Rio de Janeiro: diagnóstico e perspectivas. **Revista Econômica**, Niterói, v. 19, n. 1, p. 7-34, jun. 2017.

SOUZA, K. R. *et al*. A categoria saúde na perspectiva da saúde do trabalhador: ensaio sobre interações, resistências e práxis. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. esp. 2, p. 254-263, jun. 2017.

SOUZA, L. O.; PINA, J. A.; SOUZA, K. R. Resistência e práxis na greve dos professores da rede pública municipal do Rio de Janeiro. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, e0017002, 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

TROPIANO, A. L. C. #UERJResiste e opinião pública: marginalidade e resistência da universidade pública. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 13., São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, maio 2019.

UERJ. **Projeto pedagógico institucional**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [https://www.uerj.br/wp-content/uploads/2017/10/PPI\\_Uerj2015.pdf](https://www.uerj.br/wp-content/uploads/2017/10/PPI_Uerj2015.pdf). Acesso em: 6 mar. 2019.

UERJ. **Relatório de gestão 2016-2019**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019b.

UERJ. **70 anos UERJ: 1950-2019**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019c.

UERJ. **A universidade**. Rio de Janeiro, 2019a. Disponível em: <http://www.uerj.br/a-uerj/a-universidade/>. Acesso em: 1 mar. 2019.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Centro de Estudos Sociais. Laboratório Associado. **A anatomia da crise**: identificar os problemas para construir alternativas: 1 relatório, preliminar, do Observatório sobre crises e alternativas. Coimbra, dez. 2013. (Observatório sobre Crises e Alternativas

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz  
Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca



### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título do Projeto: Crise, trabalho e saúde na greve dos docentes de uma universidade pública em 2016: a perspectiva sindical

Pesquisadora Responsável: Clarice Cardoso Fernandes

Professores Orientadores: Dr.<sup>a</sup> Kátia Reis de Souza e Dr. Gideon Borges dos Santos

Instituição à que pertence a Pesquisadora Responsável: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ).

Telefones para contato: (21)980328674 E-mail: [clar\\_nandes@yahoo.com.br](mailto:clar_nandes@yahoo.com.br)

O(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: “Crise, trabalho e saúde na greve dos docentes de uma universidade pública em 2016: a perspectiva sindical”.

Desenvolvida por Clarice Cardoso Fernandes, discente do Curso de Mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação da docente Dr.<sup>a</sup>. Kátia Reis de Souza e do Dr. Gideon Borges dos Santos.

Esta pesquisa tem como objetivo geral conhecer a perspectiva sindical sobre crise, trabalho e saúde no contexto da greve dos docentes da UERJ ocorrida em 2016.

Considera-se que conhecer o contexto de greve pela perspectiva dos docentes universitários possui relevância histórica e social, considerando o contexto de crise política e econômica que afetou especialmente o estado do Rio de Janeiro e a UERJ. Os sindicatos/organizações dos trabalhadores são importantes sujeitos coletivos que contribuem com a defesa da saúde e direitos em seu local de trabalho e na sociedade.

O(a) Sr.(a) foi convidado(a) a participar do estudo por ser docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e ter feito parte do comando de greve ocorrido na universidade no ano de 2016. Sua participação é voluntária, de maneira que está livre para retirar este consentimento e deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Cabe informar que a sua participação nesse estudo não inclui nenhum tipo de remuneração. As informações relacionadas à sua privacidade serão mantidas em caráter confidencial, visto que qualquer dado ou elemento que possa identificá-lo(a) serão omitidos.

Página 1 de 3

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Versão I; 24 de abril de 2018.

Rubrica pesquisador: \_\_\_\_\_

Rubrica participante: \_\_\_\_\_



A sua participação consistirá em responder a perguntas de uma entrevista semiestruturada, em dia e horário previamente combinados, de acordo com sua disponibilidade, garantindo o bem-estar, integridade e privacidade. A entrevista terá aproximadamente 1 hora e somente será gravada se houver autorização do(a) entrevistado(a). A guarda de todo o material oriundo das entrevistas ficará sob a responsabilidade da pesquisadora responsável, armazenado em local seguro e pelo período de cinco anos, descartados após este período.

Toda pesquisa que envolve seres humanos possui riscos potenciais, portanto, há a possibilidade de dano eventual ou tardio de natureza psicológica ou social, entre outros. Durante o encontro presencial, a entrevista será realizada de maneira individual, com vistas a garantir o sigilo das respostas concedidas. Ainda assim, existindo a possibilidade de algum constrangimento ou situações que causem desconfortos à sua participação na pesquisa será interrompida imediatamente (ou a qualquer momento) pelo pesquisador responsável, sem nenhum tipo de penalização.

O benefício indireto relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o da construção de subsídios históricos e organizativos que possibilitem a compreensão da situação do trabalho e saúde dos docentes universitários. Caso tenha qualquer dúvida relacionada à pesquisa, poderá entrar em contato com a pesquisadora, que garante o acesso às informações atualizadas durante todo o estudo.

Este estudo será realizado em conformidade com os princípios éticos para a pesquisa envolvendo seres humanos, estabelecidos nas Resoluções n. 466/2012 e n. 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde.

Ao final do estudo, o retorno dos resultados da pesquisa poderá ser divulgado em palestras, seminários, congressos, relatórios individuais para os participantes da pesquisa, artigos científicos, dissertação/tese. Ressalto que as informações serão divulgadas de modo que impossibilite sua identificação.

Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) são compostos por pessoas que trabalham para que todos os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos sejam aprovados de acordo com as normas éticas elaboradas pelo Ministério da Saúde. A avaliação dos CEP leva em consideração os benefícios e riscos, procurando minimizá-los e busca garantir que os participantes tenham acesso a todos os direitos assegurados pelas agências regulatórias. Assim, os CEP procuram defender a dignidade e os interesses dos participantes, incentivando sua autonomia e participação voluntária.

Página 2 de 3

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Versão I; 24 de abril de 2018.

Rubrica pesquisador: \_\_\_\_\_

Rubrica participante: \_\_\_\_\_

Procure saber se este projeto foi aprovado pelo CEP desta instituição. Em caso de dúvidas, ou querendo outras informações, entre em contato com o Comitê de Ética da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) localizado na Rua São Francisco Xavier, 524, Sala 3018, Bloco E. Atendimento ao público: 2<sup>as</sup>, 4<sup>as</sup>, 6<sup>as</sup> feiras: 10h às 12:30 e 13:30 às 16h. Tel: (21)2334-2180 E-mail: [etica@uerj.br](mailto:etica@uerj.br) ou entre em contato com o Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ). Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ. Telefone e Fax: (21) 2598-2863 / E-mail: [cep@ensp.fiocruz.br](mailto:cep@ensp.fiocruz.br) / <http://www.ensp.fiocruz.br/etica>.

*Este termo é redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador.*

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_, declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, no projeto de pesquisa acima descrito.

( ) Autorizo a realização da entrevista.

( ) Autorizo a gravação em áudio por meio de aparelho eletrônico durante o encontro para a elaboração da entrevista.

Assinatura do voluntário: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora: \_\_\_\_\_

Página 3 de 3

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Versão I; 24 de abril de 2018.

Rubrica pesquisador: \_\_\_\_\_

Rubrica participante: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. Fale-me sobre a greve de 2016 e o contexto da crise no estado do Rio de Janeiro.
2. Quais eram os principais pontos da luta?
3. Você considera que ocorreram conquistas do ponto de vista do trabalho na universidade?
4. Qual a sua visão sobre a relação entre greve e saúde?
5. Houve aprendizado? Descreva-os.
6. Que mudanças ocorreram após a experiência da greve de 2016?